



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

LEI MUNICIPAL Nº. 1.242, DE 09 DE JULHO DE 2012.

"Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, e dá outras providências."

A CÂMARA DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO, ESTADO DA BAHIA, aprovou, e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

Art. 1º - Esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de PAULO AFONSO, ESTADO DA BAHIA, para o exercício de 2013, em conformidade e cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal combinado com os arts. 62 e 159, §2º da Constituição Estadual e da Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a estrutura, e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
- IV - a geração de despesa;
- V - as disposições relativas à política e às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária municipal e política de arrecadação de receitas;
- VII - as disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável;
- VIII - as disposições finais.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades da gestão pública municipal serão as seguintes:

- I - desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, reduzindo as desigualdades e disparidades

[Handwritten signature]
1



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

sociais;

II - modernização e ampliação da infra-estrutura, identificação da capacidade produtiva do Município, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento econômico utilizando parcerias com os segmentos econômicos da comunidade e de outras esferas de governo;

III - desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da estrutura administrativa, valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais, visando o fortalecimento das instituições públicas municipais;

IV - implementação de política ambiental centrada na utilização racional dos recursos naturais regionais, conciliando a eficiência econômica e a conservação do meio ambiente;

V - desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da arrecadação e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;

VI - austeridade na utilização dos recursos públicos e consolidação do equilíbrio fiscal, através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão;

VII - apoio, divulgação, preservação e desenvolvimento do patrimônio histórico, cultural e artístico do Município, incentivando a participação da população nos eventos relacionados à história, cultura e arte;

VIII - promoção do desenvolvimento de políticas voltadas para a formação educacional da criança e do adolescente, investindo, também, em ações de melhoria física das unidades escolares, ampliando-as, modernizando-as e adaptando-as às reais necessidades da população;

IX - ampliação do acesso da população aos serviços básicos de saúde, priorizando as ações que visem a redução da mortalidade infantil e das carências nutricionais;

X - desenvolvimento de ações que possibilitem a melhoria das condições de vida nas aglomerações urbanas críticas, permitindo que seus moradores tenham acesso indiscriminado aos serviços de saneamento, habitação, transporte coletivo e outros;

XI - implantação de políticas públicas e ações afirmativas voltadas à cidadania e a dignidade da pessoa humana com vistas a corrigir desigualdades.

Art. 3º - As ações e metas prioritárias para o exercício financeiro de 2013 são as especificadas no **ANEXO I - PRIORIDADES E METAS ADMINISTRATIVAS** que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2013, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único - As prioridades e metas a que se referem o caput deste artigo são passíveis de revisão, alteração e atualização quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2013.



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS
ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 4º - A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturada na forma definida na Lei Complementar nº 101/2000, nesta Lei e, no que couber, na Lei nº 4.320/1964.

Parágrafo Único - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos a Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo e seus respectivos custos.

Art. 5º - Os recursos do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais, observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000;

II - juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna e externa em observância às Resoluções nºs 40 e 43/2001 do Senado Federal e respectivas alterações;

III - contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios, contratos de repasses ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;

IV - outros custeios administrativos e aplicações em despesas de capital.

Parágrafo único - As dotações destinadas às despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente as prioridades estabelecidas neste artigo.

Art. 6º - Somente serão incluídas na proposta Orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito mediante Lei autorizativa do Poder Legislativo, observadas as vedações e restrições previstas na Lei Complementar 101/2000, bem como, os critérios instituídos pelas Resoluções do Senado Federal, atinentes à matéria.

Art. 7º - Na programação de investimentos da Administração Pública direta e indireta, além do atendimento às metas e prioridades especificadas na forma dos arts. 2º e 3º desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

I - a destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;

II - será assegurado alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;

III - não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

Seção II

**Da Estrutura e Organização dos Orçamentos Fiscal e da
Seguridade Social**

Art. 8º - Para fins desta Lei conceituam-se:

I - **função**, o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;

II - **subfunção**, a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

III - **programa**, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV - **atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V - **projeto**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI - **operação especial**, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do Governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VII - **categoria de programação** - a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

VIII - **órgão** - Secretaria ou Entidade desse mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

IX - **transposição** - o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

X - **remanejamento** - a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

XI - **transferência** - o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;

XII - **reserva de contingência** - a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade Orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

XIII - **passivos contingentes** - questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XIV - **créditos adicionais** - as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

XV - **crédito adicional suplementar** - as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XVI - **crédito adicional especial** - as autorizações de despesas, mediante Lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;

XVII - **crédito adicional extraordinário** - as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XVIII - **unidade orçamentária** - consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações Orçamentárias específicas;

XIX - **unidade gestora** - Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XX - **Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD)** - instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

Despesa, Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos, constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerência;

XXI - alteração do Detalhamento da Despesa - a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos, sem alterar o valor global do projeto ou atividade;

XXII - descentralização de créditos orçamentários - a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias para execução de ações orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município, mediante delegação de atribuição e competência, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, para a realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem;

XXIII - provisão - ato formal, consubstanciado em Portaria, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, ou de dirigente com expressa delegação, que operacionaliza a descentralização de crédito;

XXIV - descentralização interna - é a cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrante de um mesmo órgão (secretaria ou órgão diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);

XXV - descentralização externa - é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.

XXVI - destaque - operação descentralizadora de crédito orçamentário em que um órgão ou entidade da Administração Pública Municipal transfere para outro o poder de utilização dos recursos que lhe foram dotados

Art. 9º - O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Parágrafo único - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de imposto e transferências oriundas de impostos incluídos dos recursos provenientes do FUNDEB na manutenção e no desenvolvimento do ensino conforme dispõem a Constituição Federal no seu art. 212, a Lei 9.394/1996, bem como a Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, regulamentada pela Lei Federal 11.494 de 20 de junho de 2007.



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

Art. 10 - O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos e fundações, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

Art. 11 - Na forma do disposto no inciso III do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na Lei Complementar 141/2012 o Município deverá aplicar anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

§ 1º - Na forma do disposto na Lei Complementar 141/2012 está compreendida na base de cálculo dos percentuais dos Municípios qualquer compensação financeira proveniente de impostos e transferências constitucionais previstos no § 2º do art. 198 da Constituição Federal, já instituída ou que vier a ser criada, bem como a dívida ativa, a multa e os juros de mora decorrentes dos impostos cobrados diretamente ou por meio de processo administrativo ou judicial.

§ 2º - Para efeito do cálculo do montante de recursos previsto na Lei Complementar 141/2012, devem ser considerados os recursos decorrentes da dívida ativa, da multa e dos juros de mora provenientes dos impostos e da sua respectiva dívida ativa.

§ 3º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão observar o disposto nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas sempre que os percentuais nelas estabelecidos forem superiores aos fixados nesta Lei Complementar para aplicação em ações e serviços públicos de saúde.

Art. 12 - São consideradas como ações e serviços públicos de saúde, para efeito da aplicação dos recursos de que trata o art. 198, § 2º, da Constituição Federal, as despesas que, realizadas com recursos previstos no § 1º, do art. 10 desta Lei, através de fundo especial, estejam relacionadas a programas finalísticos e de apoio à saúde, inclusive administrativos, que atendam simultaneamente aos princípios do art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, suas alterações e atualizações, e às seguintes diretrizes:

I - acesso universal e igualitário de que trata o art. 196 da Constituição Federal e observância do princípio da gratuidade estabelecido pelo art. 43 da Lei Federal nº 8.080/90;

II - aplicações em conformidade com as metas e os objetivos explicitados no Plano de Saúde do Município; e

III - responsabilidade específica do setor de saúde, não se confundindo em nenhuma hipótese com despesas relativas a outras políticas públicas voltadas para a melhoria dos índices sociais e econômicos em geral - renda, educação, alimentação, saneamento, lazer, habitação, etc. -



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

que apresentem reflexos sobre as condições de saúde.

§ 1º - As despesas de que trata o art. 12 desta Lei destinar-se-ão a:

I - remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais de saúde e de apoio, inclusive administrativo;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação das instalações e equipamentos necessários à saúde;

III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados à saúde;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas, visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão da saúde;

V - transferência, na forma da lei, para o setor privado, em contrapartida à prestação de serviços de saúde para a população;

VI - aquisição de produtos alimentícios, nutrientes e materiais médico sanitários e demais materiais voltados especificamente para a promoção, proteção e recuperação da saúde;

VII - realização de atividades meio necessárias à implantação e manutenção das ações e serviços públicos de saúde.

§ 2º - Além de atender aos critérios estabelecidos nos artigos 12 e 13 desta Lei, as despesas com ações e serviços de saúde, realizadas pelo Município deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos Fundos de Saúde.

§ 3º - O Fundo Municipal de Saúde deve constar na Lei Orçamentária Anual, em unidade orçamentária específica que contenha, exclusivamente, programas vinculados às ações e serviços públicos de saúde, com a referida denominação, devidamente compatibilizados com o Programa Municipal de Saúde.

§ 4º - Toda e qualquer despesa efetivada pelo município em ações e serviços de saúde será realizada por meio da unidade orçamentária mencionada no § 3º.

Art. 13 - Atendidos o definido na Lei Complementar 141/2012, os princípios e diretrizes operacionais definidas por legislação específica do Ministério da Saúde, Portaria 2047/2002, para a aplicação da Emenda Constitucional nº 29/2000, consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde as relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

I - vigilância epidemiológica e controle de doenças;

II - vigilância sanitária;

III - vigilância nutricional, controle de deficiências nutricionais,



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

orientação alimentar, e a segurança alimentar promovida no âmbito do SUS;

IV - educação para a saúde;

V - saúde do trabalhador;

VI - assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;

VII - assistência farmacêutica;

VIII - atenção à saúde dos povos indígenas;

IX - capacitação de recursos humanos do SUS;

X - pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, promovidos por entidades do SUS;

XI - produção, aquisição e distribuição de insumos setoriais específicos, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados e equipamentos;

XII - saneamento básico e do meio ambiente, desde que associado diretamente ao controle de vetores, a ações próprias de pequenas comunidades ou em nível domiciliar, ou aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI);

XIII - serviços de saúde penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços;

XIV - atenção especial aos portadores de deficiência; e

XV - ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde no âmbito do SUS e indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores.

Parágrafo único - Poderão integrar o montante considerado para o cálculo do percentual mínimo constitucionalmente exigido, na forma definida na Lei Complementar 141/2012 e da Portaria 2047/2002, excepcionalmente, as despesas de juros e amortizações, no exercício em que ocorrerem, decorrentes de operações de crédito contratadas a partir de 1º de janeiro de 2000, para financiar ações e serviços públicos de saúde.

Art. 14 - Em conformidade com os princípios e diretrizes mencionados nos arts. 12 e 13 desta Lei, combinado com o disposto na Portaria 2047/2002, não são consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde, para efeito de aplicação do percentual mínimo constitucionalmente exigido, as relativas a:

I - pagamento de aposentadorias e pensões;



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

II - assistência à saúde que não atenda ao princípio da universalidade (clientela fechada);

III - merenda escolar;

IV - saneamento básico, mesmo o previsto no inciso XII do art. 13 desta Lei, realizado com recursos provenientes de taxas ou tarifas e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, ainda que excepcionalmente executado pela Secretaria de Saúde ou por entes a ela vinculados;

V - limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos (lixo);

VI - preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos Entes Federativos e por entidades não-governamentais;

VII - ações de assistência social não vinculadas diretamente à execução das ações e serviços referidos no art. 7º da Portaria 2.047/2002, bem como aquelas não promovidas pelos órgãos de Saúde do SUS;

Art. 15 - A proposta Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de setembro de 2012, será composta, além da mensagem e do respectivo projeto de Lei, de:

I - anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II - informações complementares.

§ 1º - Integrarão a Lei de Orçamento, conforme estabelece o § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320/64:

I - sumário geral da receita por fonte e da despesa por funções do Governo;

II - quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 01 da Lei nº 4.320/64;

III - quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º - Os anexos relativos aos orçamentos fiscal e da seguridade social serão compostos, com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

I - da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;

II - da programação referente à aplicação em ações e serviços públicos de saúde, para dar cumprimento ao estabelecido no art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, inciso III do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na Portaria 2.047/GM, de 05.11.2002, do



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

Ministro de Estado da Saúde e demais legislações pertinentes à matéria;

III - do quadro da dívida fundada e flutuante do Município, com base no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2011;

IV - demonstrativo da Receita Arrecadada nos últimos 3 (três) exercícios e sua projeção para os 3 (três) subsequentes;

V - demonstrativo da Receita segundo a Categoria Econômica e Fonte de Recursos na forma do Anexo 02 da Lei n° 4.320/64;

VI - demonstrativo da despesa na forma dos Anexos 6, 7 e 9 da Lei n.° 4.320/64.

Art. 16 - A despesa será detalhada de acordo com o estabelecido na Portaria n° 42/99, na Portaria n° 163/2001 e suas alterações e atualizações.

Art. 17 - Na fixação das despesas serão observados prioritariamente os gastos com:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviços da dívida pública municipal;

III - contrapartida de convênios e financiamentos;

IV - projetos e obras em andamento que ultrapassem a 30% (trinta por cento) do cronograma de execução.

§ 1° - Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar n° 101/2000, e serviços da dívida, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.

§ 2° - As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem a sua expansão.

§ 3° Não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, salvo nos casos previstos em Lei específica.

Art. 18 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, meio ambiente e outras definidas em legislação específica, observado o disposto no art. 16 da Lei no 4.320, de 1964 e lei específica do município.

§ 1° - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2013 por três autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - Os recursos destinados a título de subvenções sociais, somente serão alocados nos órgãos, entidades e fundos, que atuam nas áreas citadas no *caput* deste artigo.

§ 3º - Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e a exigência do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 19 - A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser autorizada por Lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

Art. 20 - A discriminação da receita será efetuada de acordo com o estabelecido nas Portarias do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão observadas suas alterações, as quais devem ser utilizada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 21 - A receita municipal será constituída da seguinte forma:

I - dos tributos de sua competência;

II - das transferências constitucionais;

III - das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;

IV - dos convênios e contratos de repasses firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios, bem como com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;

V - das oriundas de serviços executados pelo Município;

VI - da cobrança da dívida ativa;

VII - das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;

VIII - dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente;

IX - dos recursos para o financiamento da Saúde, definido pela legislação vigente, em especial art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, Emenda Constitucional 29/2000, Lei Complementar 141/2012 combinado com as



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

determinações contidas na Portaria 2.047/GM, de 05.11.2002, do Ministro de Estado da Saúde;

XI - de outras rendas.

Art. 22 - Nos orçamentos fiscal e da seguridade social, a apropriação da despesa far-se-á por categoria de programação, compreendendo a identificação da despesa, sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, conforme conceitos estabelecidos no art. 8º, desta Lei.

§ 1º - Para fins de integração do planejamento e orçamento, será adotada, no âmbito do Município, a classificação por função, subfunção e programa a que se refere à Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministro de Estado do Orçamento e Gestão.

§ 2º - Os órgãos da Administração Direta, os Fundos e as entidades da Administração Indireta, responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações de uma categoria de programação, serão identificados na proposta Orçamentária, como Unidades Orçamentárias.

§ 3º - Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto e a operação especial, identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, conforme estabelece a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, e suas posteriores alterações.

§ 4º - As dotações atribuídas às unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em crédito adicional, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta, integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 5º - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes poderão observar o mesmo código, independentemente da unidade orçamentária e executora.

§ 6º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 7º - A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

§ 8º - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão os grupos de natureza de despesa que constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

- I - pessoal e encargos sociais (GND 1);
- II - juros e encargos da dívida (GND 2);
- III - outras despesas correntes (GND 3);
- IV - investimentos (GND 4);

V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas (GND 5); e

VI - amortização da dívida (GND 6).

§ 9º - A Reserva de Contingência, prevista no art. 61 desta Lei, será classificada no GND 9.

§ 10 - A Modalidade de Aplicação - MA destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social;

II - indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas, exceto o caso previsto no inciso III deste parágrafo; ou

III - indiretamente, mediante delegação, por outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Poder Público que impliquem preservação ou acréscimo no valor de bens públicos.

§ 11 - A especificação da modalidade de que trata o § 9º deste artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I - Transferências à União - 20
- II - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - 30
- III - Transferências a Municípios - 40
- IV - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - 50
- V - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos - 60
- VI - Transferências a Instituições Multigovernamentais - 70
- VII - Transferências a Consórcios Públicos - 71
- VIII - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos - 72
- IX - Aplicações Diretas - 90
- X - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - 91
- XI - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe - 93.



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

XII - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe -94.

XIII - A Definir - 99

§ 12 - A alteração da Modalidade de Aplicação, devido à sua natureza de informação gerencial, poderá ser efetivada durante o exercício financeiro, desde que verificada inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da despesa naquela modalidade prevista inicialmente, devidamente justificada, mediante Decreto, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 13 - É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 14 - A despesa será detalhada de acordo com o estabelecido na Portaria nº 42/99, na Portaria nº 163/2001 e suas alterações.

§ 15 - O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, mediante o desdobramento da despesa em pessoal, material, serviços, obras e outros meios utilizados pela Administração Pública para consecução dos seus fins, não sendo obrigatória sua discriminação na Lei Orçamentária de 2013.

Seção III

Da Descentralização de Créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Art. 23 - Os créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, podem ser descentralizados, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias, para execução de ações orçamentárias integrantes dos respectivos orçamentos, mediante expressa autorização e delegação de atribuição e competência, em ato próprio no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, na forma definida no art. 8º desta Lei, com vistas à realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem.

§ 1º - As dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta ou Indireta, integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 2º - Ao órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta compete à administração dos créditos que lhe foram consignados na Lei Orçamentária



**MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA**

Anual ou em seus créditos adicionais, salvo quando esta competência for atribuída a uma outra unidade gestora devidamente reconhecida.

§ 3º - O Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora, tendo em vista a obtenção dos resultados das ações cujos créditos lhe foram consignados na Lei Orçamentária ou mediante créditos adicionais, poderá proceder, mediante autorização no âmbito do Poder Executivo, do Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, do Presidente da Câmara de Vereadores, à sua descentralização em valor total ou parcial para outro Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora integrante dos orçamentos fiscal ou da seguridade social do Município.

§ 4º - A cessão de crédito orçamentário para outro Órgão ou Unidade Orçamentária ou Gestora, em termos operacionais, distingue-se em:

I - descentralização de crédito interna ou provisão que consiste na cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrantes de um mesmo órgão (secretaria, órgão, unidade diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);

II - descentralização de crédito externa é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades;

§ 5º - A unidade recebedora do crédito, em sua aplicação, deve exata observância e cumprimento, além das normas legais sobre a execução da despesa, assim como ao objetivo estabelecido no programa de trabalho e as classificações da despesa que caracterizam o crédito orçamentário correspondente.

Seção IV

**Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos
e suas Alterações**

Art. 24 - O Poder Legislativo, encaminhará, até o dia 31 de agosto de 2012, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, atendidos os princípios constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

§ 1º - Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

I - o estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 58/2009;

II - os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

elaboração do orçamento.

§ 2º - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício de anterior.

I - Para fins do disposto no parágrafo segundo tomar-se-á por referência o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado até o mês de junho projetado até dezembro de 2012.

Art. 25 - Os órgãos da administração direta e seus fundos deverão entregar suas respectivas propostas Orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 31 de julho de 2012, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 26 - O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará, ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 01 de julho de 2012, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta Orçamentária para o exercício de 2013, na forma do definido na Constituição Federal, observadas as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 62/2009 de 09/12/2009, que altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa, especificando:

- I - número e data do ajuizamento da ação originária;
- II - número e tipo do precatório;
- III - tipo da causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI - valor a ser pago; e,
- VII - data do trânsito em julgado.

Parágrafo único - A inclusão de recursos na Lei Orçamentária será realizada de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 62/2009 de 09/12/2009, que altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais diplomas legais pertinentes à



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

matéria.

Art. 27 - As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

I - na forma das disposições constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;

II - acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

§ 1º - Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º - Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 3º - Cada projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 4º - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, evidenciando o excesso apurado ou sua tendência para o exercício.

§ 5º - As fontes de recursos e as modalidades de aplicação constantes do Orçamento, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, desde que observadas as vinculações e verificada a inviabilidade técnica, operacional ou legal da execução do crédito na modalidade e fonte previstas na Lei Orçamentária de 2013 e em seus créditos adicionais.

§ 6º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente, na forma das disposições contidas art. 167, § 2º, da Constituição Federal e art. 161, § 2º, da Constituição Estadual.

§ 7º - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto contidas art. 167, § 2º, da Constituição Federal e art. 161, § 2º, da Constituição Estadual, será efetivada, se necessária, mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 28 - Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida.

III - sejam relacionadas com:

- a) a correção de erros ou omissões; ou
- b) os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º - As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária;

II - no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º - A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 29 - A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei.

Art. 30 - Para fins do disposto no artigo 28 desta Lei, entende-se por:

Emenda - proposição apresentada como acessória de outra, com existência e tramitação dependente da proposição principal. A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata. Conforme sua finalidade, pode ser **aditiva, modificativa, substitutiva, aglutinativa** ou **supressiva**;

Emenda aditiva - é a que acrescenta dispositivos, expressões ou palavras à proposição principal;

Emenda modificativa - é a que altera a proposição principal sem modificar substancialmente seu conteúdo. Portanto, modifica apenas parte do dispositivo (ementa, artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número) que é objeto da emenda. Denomina-se **emenda de redação** a **modificativa** que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa, lapso



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

manifesto ou erro evidente;

Emenda substitutiva - a apresentada como sucedâneo de dispositivo de outra proposição. Portanto, substitui integralmente a ementa, o artigo, o parágrafo, o inciso, a alínea ou o número que constitui o objeto da emenda;

Emenda aglutinativa - a que resulta da fusão de emendas entre si ou de uma ou mais emendas com a proposição principal, a fim de formar um novo texto com objetivos aproximados;

Emenda supressiva - é a que objetiva eliminar parte de outra proposição, devendo incidir sobre texto integral de artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número;

Subemenda - é a emenda que altera outra emenda, podendo ser supressiva de parte desta, substitutiva ou aditiva;

Projeto substitutivo, ou simplesmente **substitutivo** - denominação dada à emenda destinada a substituir integralmente a proposição principal.

§ 1º - A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata, seguindo princípios de coesão, precisão, clareza e concisão cuja redação deve ser norteadas por regras básicas de técnica legislativa, contemplando os elementos constitutivos da estrutura do projeto.

§ 2º - Para o atendimento às disposições desta Lei, a emenda, objetivando a sua perfeita compreensão, requer estrutura e forma básicas e elementares em exata observância à técnica legislativa, deverá compor-se de dados e informações mínimas ao perfeito entendimento do que se propõe, evidenciando:

a) **epígrafe**, em que à expressão EMENDA N.º ... se segue a indicação da espécie e do número da proposição a que ela se refere;

b) **fórmula pela qual se determina a alteração a ser feita**: "Suprima-se ...", "...", "Onde se lê ...", "Leia-se ...", "Acrescente-se ...", "Dê-se ao art.... a seguinte redação";

c) **contexto**, em que se procede à supressão ou substituição de determinada expressão, ou se enuncia o dispositivo a ser acrescentado, ou se dá nova redação a determinado dispositivo;

d) **fecho**, que compreende o local (Sala das Reuniões, Sala das Comissões), a data de apresentação e o nome do autor;

e) **justificação**, é o texto que acompanha o projeto e no qual, pela apresentação e defesa de uma série de argumentos (justificativas), procura o autor demonstrar a necessidade ou oportunidade da proposição, respaldado no conhecimento e domínio dos princípios constitucionais, legais e



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

normativos que regem à matéria a ser emendada, de forma a permitir que o autor possa, com clareza, objetividade, fundamentação e embasamento técnico legal, expor as razões que justifiquem alteração proposta.

Art. 31 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2013 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a Transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa do processo orçamentário.

Parágrafo único - O Poder Legislativo poderá realizar audiências públicas regionais durante a apreciação da Proposta Orçamentária, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

Art. 32 - O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2013, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

Parágrafo único - Os mecanismos previstos no *caput* deste artigo serão operacionalizados:

I - mediante audiências públicas, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II - pela seleção dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta Orçamentária do exercício; ou

III - por qualquer outro mecanismo, instrumento ou metodologia que assegure a participação social.

Art. 33 - O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 34 - Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º - Os QDDs, relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, sendo:

I - No âmbito do Poder Executivo, os QDDs serão aprovados via decreto, do Prefeito Municipal;

II - No âmbito do Poder Legislativo, os QDDs, serão aprovados via ato próprio pelo Presidente da Câmara de Vereadores;



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

§ 2º - As Atividades e Projetos serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.

§ 3º - Os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDDs deverão discriminar, os Projetos e Atividades, consignados à cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.

§ 4º - Os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de Natureza da Despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos, sendo:

I - No âmbito do Poder Executivo, os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, via decreto, do Prefeito Municipal;

II - No âmbito do Poder Legislativo, os QDDs, poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, via ato próprio pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 5º - As fontes de recursos de que trata o § 2º deste artigo, são as definidas na Resolução nº 1268/08.TCM/BA, que dispõe sobre os procedimentos das receitas públicas, institui a Tabela Única de Destinações de Recursos/Fonte de Recursos a ser utilizada pelos municípios do Estado da Bahia, e dá outras providências, apresentadas da seguinte forma:

| A - DESTINAÇÃO PRIMÁRIA OU NÃO FINANCEIRA | |
|---|--|
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO |
| 00 | Recursos Ordinários |
| 01 | Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação - 25% |
| 02 | Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde - 15% |
| 03 | Contribuição p/ o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (patronal, servidores e compensação financeira) |
| 04 | Contribuição ao Programa Ensino Fundamental - Salário Educação |
| 14 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS |
| 15 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE |
| 16 | Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE |
| 18 | Transferências FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) |
| 19 | Transferências FUNDEB (aplicação em outras despesas de Educação Básica) |
| 22 | Transferências de Convênios - Educação |
| 23 | Transferências de Convênios - Saúde |



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

| | |
|----|--|
| 24 | Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde) |
| 29 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS |
| 30 | Transferências do Fundo de Investimento Econômico Social - FIES |
| 42 | Royalties/Fundo Especial do Petróleo/Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais |
| 50 | Receitas Próprias de Entidades de Administração Indireta |

B - DESTINAÇÃO NÃO PRIMÁRIA OU FINANCEIRA

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO |
|--------|------------------------------------|
| 90 | Operações de Crédito Internas |
| 91 | Operações de Crédito Externas |
| 92 | Alienação de Bens |
| 93 | Outras Receitas Não Primárias |
| 94 | Remuneração de Depósitos Bancários |

§ 6º - Os valores fixados as Fontes poderão ser alterados entre as mesmas, no decurso do exercício financeiro, por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, para atender às necessidades de execução Orçamentária, respeitadas sempre suas vinculações constitucionais, legais, e verificada a inviabilidade técnica, operacional ou legal da execução do crédito na modalidade e fonte previstas na Lei Orçamentária de 2013 e em seus créditos adicionais.

Art. 35 - Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 36 - As propostas de modificação da Lei Orçamentária por créditos adicionais serão apresentadas na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual, de acordo com as disposições do art. 27 desta Lei.

**CAPÍTULO III
DA GERAÇÃO DA DESPESA**

Art. 37 - Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/00 e arts. 38 e 39 desta Lei.

Art. 38 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - Para os fins desta Lei, em conformidade com a Lei Complementar 101/00 considera-se:

I - adequada com a Lei Orçamentária Anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do art. 38, será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º - Para os fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, atualizada pelas Leis nº 8.883, de 08.06.94, nº 9.648 de 27.05.98, nº 9.854, de 27.10.99 e suas alterações.

§ 4º - As normas do art. 38 constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal.

Art. 39 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de Lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deste artigo deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 38 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo II desta Lei, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

§ 4º - A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do Plano Plurianual e desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 5º - A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º - O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º - Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL
E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 40 - Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

Parágrafo único - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 41 - Para fins de apuração da despesa com pessoal, prevista no art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação em vigor, bem como as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, observado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art. 42 - As dotações Orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2013, com base na folha de pagamento de junho de 2012, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

§ 1º - A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art. 19, inciso III da Lei Complementar nº 101/2000.

I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;

IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

Art. 43 - A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no § 1º do art. 42 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único - Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite são vedados ao Poder que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

V - contratação de hora extra.

Art. 44 - Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 42, sem prejuízo das medidas previstas no art. 43 desta Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 1º - No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º - É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º - Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I - receber transferências voluntárias;

II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Art. 45 - Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 46 - Todo e qualquer ato que provoque aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

I - houver prévia dotação Orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;

II - for comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal estabelecido no art. 42 desta Lei;

III - forem observadas as restrições e limitações contidas na Lei 101/2000.

Parágrafo único - O disposto no *caput* compreende, entre outras:

I - a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;

II - a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

estrutura de carreiras;

III - a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

Art. 47 - O projeto da Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

I - educação;

II - saúde;

III - fiscalização fazendária; e

IV - assistência à criança e ao adolescente.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E POLÍTICA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS

Art. 48 - Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal projeto de Lei dispondo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

I - adaptação e ajustamento da legislação tributária às alterações da correspondente legislação Estadual e Federal;

II - revisões e simplificações da legislação tributária municipal;

III - aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributário;

IV - geração de receita própria pelas entidades da administração indireta;

V - estabelecimento de critérios de compensação de renúncia caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 49 - A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

vida e bem-estar social.

Art. 50 - A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

I - ao endividamento público;

II - ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;

III - aos gastos com pessoal e encargos sociais;

IV - à administração e gestão financeira.

Art. 51 - São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no art. 49 desta Lei:

I - o equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atendê-las;

II - a limitação da dívida ao percentual estabelecido no art. 53 desta Lei;

III - a adoção de política tributária estável e previsível coerente com a realidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;

IV - a limitação e contenção dos gastos públicos;

V - a administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas a serem definidas por ato do chefe do Poder Executivo;

VI - a transparência fiscal, através do amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Art. 52 - A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, priorizadas por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

Seção II

Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 53 - A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento das despesas decorrentes dos débitos financiados e refinanciados, identificados na forma do art. 29 da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º - A dívida pública consolidada, conforme dispõe o art. 1º, § 1º, III,



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, e suas alterações, compreende o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de Lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

§ 2º - Serão considerados no grupo da dívida consolidada todos os contratos, acordos ou ajustes firmados pelo município para a regularização de débitos de exercícios anteriores contraídos, pelo não pagamento de encargos sociais, especificamente INSS, FGTS e PASEP, bem como os oriundos das concessionárias de serviços públicos referentes aos serviços de energia elétrica, abastecimento de água e telefonia fixa e móvel, conforme previsto na Portaria 407/2011, de 20/06/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova a 4ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), o qual compreende os relatórios e anexos referentes aos demonstrativos descritos nos §§ 1º, 2º, e § 3º do art. 4º e nos arts. 48, 52, 53 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que deverão ser elaborados pela União e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 3º - A dívida consolidada líquida, compreende a dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

§ 4º - O endividamento líquido do Município até o final do décimo quinto exercício financeiro, contado a partir do encerramento do exercício financeiro de 2001, não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a Receita Corrente Líquida, conforme determina o art. 3º, III da Resolução nº 40, de 2001 do Senado Federal, e suas alterações.

Art. 54 - O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitadas os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal, observado as disposições contidas nos arts. 32 a 37 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações no nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

§ 2º - O montante global das operações de crédito interna e externa, realizadas em um exercício financeiro, não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da RCL, conforme determina o art. 7º, I da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal e alterações.



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 55 - Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei n.º 4.320/64, combinado com o previsto na Lei Complementar 141/2012, na Portaria 2.047/02 e demais diplomas legais em vigor, constituir-se-ão em Unidade Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal.

Art. 56 - Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2012, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta Orçamentária das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos;

II - serviços da dívida;

III - despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade, principalmente saúde e educação com financiamento específico;

IV - investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;

V - contrapartida de Convênios Especiais.

Parágrafo único - Ficam excluídas da limitação prevista no *caput* deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 57 - Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

Art. 58 - O Município adotará as providências à Convergência da Contabilidade Pública e consequente implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, objetivando o atendimento as disposições contidas na Portaria Conjunta n° 2/2011 de 01/06/2011, do SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA e a SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, na Portaria n° 406/2011 de 20/06/2011 e Portaria n° 828/2011 de 14/12/2011 ambas do SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL bem como, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP/STN.

Art. 59 - O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

Art. 60 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitarão a emissão de empenho e movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas.

§ 1º - A limitação que trata o *caput* será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder.

§ 2º - Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

I - pessoal e encargos;

II - serviços da dívida;

III - decorrentes de financiamentos;

IV - decorrentes de convênios;

V - as sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social.

§ 3º - No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação prevista no prazo estabelecido no *caput*, o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros nos mesmos critérios estabelecidos para o Poder Executivo.

Art. 61 - A proposta Orçamentária, observado disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00, conterà dotação global denominada "Reserva de Contingência", sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, constituída exclusivamente dos recursos do orçamento fiscal, em montante máximo correspondente a até 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida do Município do exercício de 2013, a ser utilizada como fonte de recursos para atendimento a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, inclusive as alterações e adequações orçamentárias, via abertura de créditos adicionais, em conformidade com o disposto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 62 - A elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária deverão levar em conta a obtenção do resultado previsto no Anexo de Metas Fiscais.

Art. 63 - Integrarão a presente Lei os Anexos:

Anexo I - Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal;

Anexo II - Metas Fiscais;

Anexo III - Riscos Fiscais.



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

§ 1º - A fim de dar cumprimento ao preceito da LRF bem como ao determinado na Portaria 407/2011, de 20/06/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova a 4ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), o qual compreende os relatórios e anexos referentes aos demonstrativos descritos nos §§ 1º, 2º, e § 3º do art. 4º e nos arts. 48, 52, 53 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que deverão ser elaborados pela União e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, o **Anexo de Metas Fiscais** deve ser composto pelos seguintes demonstrativos:

Demonstrativo I - Metas Anuais;

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

§ 2º - Os Anexos previstos neste artigo poderão ser revistos, atualizados e alterados por ocasião da elaboração do Projeto a Lei Orçamentária 2013, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, da legislação municipal específica e, também, a definição das transferências constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado da Bahia.

Art. 64 - Os Anexos da Lei do Plano Plurianual 2010/2013 e desta Lei, serão atualizados e alterados, em decorrência da Lei Orçamentária, de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais, assim como em decorrência de transposições, remanejamentos ou transferências, autorizados em lei.

Art. 65 - Para fins do disposto no art. 4º, § 3º da Lei Complementar 101/2000 e desta Lei, são riscos fiscais os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, constituídos de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como precatórios, conforme contido no Anexo III, Restos a Pagar com prescrição interrompida, débitos não quitados com concessionárias de serviços públicos, despesas classificáveis de acordo com o art. 37 da Lei 4.320/1964 e outros passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos, observado o definido na Portaria 407/2011, de 20/06/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova a 4ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), o qual



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

compreende os relatórios e anexos referentes aos demonstrativos descritos nos §§ 1º, 2º, e § 3º do art. 4º e nos arts. 48, 52, 53 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que deverão ser elaborados pela União e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 66 - Os passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar as contas públicas, previstos no art. 65 só poderão ser atendidos através da Reserva de Contingência.

Art. 67 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 31/12/2013.

Art. 68 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM 09 DE JULHO DE 2012.


ANILTON BASTOS PEREIRA.
PREFEITO MUNICIPAL.



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

ANEXOS

| | |
|---|----------------|
| Anexo I - Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal | 1 |
| Anexo II - Metas Fiscais | |
| Demonstrativo I - Metas Anuais | 2 5 |
| Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior..... | 2 6 |
| Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores | 2 7 |
| Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido | 2 8 |
| Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos..... | 2 9 |
| Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS | 3 0 |
| Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita .. | 3 3 |
| Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado | 3 4 |
| Demonstrativo IX - Metodologia de Projeção da Receita | 3 5 |
| Anexo III - Riscos Fiscais | 3 6 |



MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

ANEXOS



Prefeitura Municipal de Paulo Afonso
Estado da Bahia

**ANEXO I: AÇÕES E METAS
ADMINISTRATIVAS**

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO

Endereço: Avenida Apolônio Sales

PAULO AFONSO / BA

CNPJ/MF: 14.217.327/0001-24

Anexo I: Prioridades e Metas da Administração

LDO 2013

PROGRAMA: Atendimento e desenvolvimento da gestão Legislativa.

OBJETIVO: Melhorar a estrutura do Legislativo Municipal, visando ampliar a interação da comunidade com o processo parlamentar e acompanhamento das atividades desenvolvidas em prol da comunidade.

JUSTIFICATIVA: Sendo a Câmara de Vereadores, a casa da cidadania, é imperativo que todo o processo seja devidamente direcionado ao conhecimento e participação transparente junto à comunidade.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

| CÓDIGOS | | AÇÃO | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | TOTAL | | |
|--------------------|-----|--------|--|----------------------------|-----|---------------------|----------------|-------------|--------------|-------------------|-------|--------------|--------------|
| F | SF | CÓDIGO | DENOMINAÇÃO | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR |
| 01 | 031 | 2101 | AÇÃO: Gestão das ações legislativas. | 0 | 1 | 00 | P | 1 | 6.607.410,00 | 0% | 0,00 | 1 | 6.607.410,00 |
| | | | OBJETIVO: Formular, analisar e aprovar proposições Legislativas; Gerir as ações dos Gabinetes dos Vereadores; Gerenciar as ações do Poder Legislativo inerentes à Administração Geral, patrimonial, de pessoas e seus encargos. | | | | | | | | | | |
| | | | PRODUTO: Atividade/serviço administrativo legislativo funcionamento. | | | | | | | | | | |
| | | | META: 1 | | | | | | | | | | |
| 01 | 031 | 5060 | AÇÃO: Ampliação do Prédio da Câmara Municipal de Paulo Afonso | 0 | 1 | 00 | P | 1 | 80.000,00 | 0% | 0,00 | 1 | 80.000,00 |
| | | | OBJETIVO: Melhorar a infraestrutura da Sede do Poder Legislativo. | | | | | | | | | | |
| | | | PRODUTO: Infraestrutura da Sede melhorada. | | | | | | | | | | |
| | | | META: 1 | | | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | |
| | | | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | RP | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR |
| | | | | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 6.687.410,00 | 0% | - | 100% | 6.687.410,00 |

41



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
 Endereço: Avenida Apolônio Sales
 PAULO AFONSO / BA
 CNPJ/MF: 14.217.327/0001-24

Anexo I: Prioridades e Metas da Administração

LDO 2013

PROGRAMA: Fala, Que Eu Te Escuto.

OBJETIVO: Administrar o município atendendo ao público, apoiando o cidadão, buscando cumprir as metas de governo de forma transparente, em sintonia com os anseios da comunidade.

JUSTIFICATIVA: Possibilitar o acesso do cidadão à administração municipal.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

| CÓDIGOS | | | | AÇÃO | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | |
|--------------------|-----|--------|---|-------|-----|---------------------|----|---------------------|--------------|-----------------|------------------|----------------|--------------|--|--|
| F | SF | CÓDIGO | DENOMINAÇÃO | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | QTD. | SEDE VALOR | ZONA RURAL QTD. | ZONA RURAL VALOR | TOTAL QTD. | TOTAL VALOR | | |
| 04 | 122 | 2104 | AÇÃO: Gestão das ações do Gabinete do Prefeito. OBJETIVO: Possibilitar a implementação das ações do Gabinete. PRODUTO: Ações e atividades gerenciadas. META: 70% | 0 | 1 | 00 | P | 70% | 2.205.000,00 | 30% | 945.000,00 | 100% | 3.150.000,00 | | |
| 04 | 131 | 2209 | AÇÃO: Gestão das ações da Assessoria de Comunicação. OBJETIVO: Registrar e catalogar as ações da administração pública. PRODUTO: Vídeos e fotos. META: 144 | 0 | 1 | 00 | P | 100 | 937.500,00 | 44 | 412.500,00 | 144 | 1.350.000,00 | | |
| TOTAL GERAL | | | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | RP | QTD. | SEDE VALOR | ZONA RURAL QTD. | ZONA RURAL VALOR | TOTAL QTD. | TOTAL VALOR | | |
| | | | | 0 | 1 | 00 | P | 70% | 3.142.500,00 | 30% | 1.357.500,00 | 100% | 4.500.000,00 | | |

Handwritten signature or initials



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO

Endereço: Avenida Apolônio Sales

PAULO AFONSO / BA

CNPJ/MF: 14.217.327/0001-24

Anexo I: Prioridades e Metas da Administração

LDO 2013

PROGRAMA: Gestão da Procuradoria Geral do Município.

OBJETIVO: Possibilitar a representação judicial e extra - judicial do município, a elaboração de atos normativos e a emissão de pareceres jurídicos.

JUSTIFICATIVA: Garantir o atendimento jurídico da administração municipal.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

| CÓDIGOS | | | | AÇÃO | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | |
|--------------------|-----|--------|---|----------------------------|-----|---------------------|----|---------------------|------------|-------|-------|-------------------|------------|--------------|--|
| F | SF | CÓDIGO | DENOMINAÇÃO | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | SEDE | ZONA RURAL | TOTAL | | | | | |
| | | | | | | | | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | | |
| 04 | 122 | 4218 | AÇÃO: Gestão de serviços da procuradoria geral do município. | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 870.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 870.000,00 | | |
| | | | OBJETIVO: Administrar e gerir | | | | | | | | | | | | |
| | | | PRODUTO: Ações gerenciadas. | | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | | | ZONA RURAL | | TOTAL | |
| | | | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | RP | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | | |
| | | | | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 870.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 870.000,00 | | |

Handwritten signature/initials



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO

Endereço: Avenida Apolônio Sales

PAULO AFONSO / BA

CNPJ/MF: 14.217.327/0001-24

Anexo I: Prioridades e Metas da Administração

PROGRAMA: Implantar programa de auditoria interna permanente. LDO 2013

OBJETIVO: Ética, seriedade, eficiência e eficácia no trato com o patrimônio público, garantindo que é possível executar políticas públicas através de acompanhamento permanente.

JUSTIFICATIVA: Mensurar o cumprimento de metas, execução orçamentária, proteção do patrimônio. Evidenciar indicadores para a execução de políticas públicas, além de assegurar o bom gerenciamento dos negócios públicos, possibilitando a prestação de serviços com economia

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

| CÓDIGOS | | | | AÇÃO DENOMINAÇÃO | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | | |
|--------------------|-----|--------|--|---|----------------------------|-----|---------------------|------|----------------|------------|-------------------|-------|--------------|------------|
| F | SF | CÓDIGO | | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | |
| | | | | | | | | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | |
| 04 | 122 | 2219 | | AÇÃO: Gestão das atividades de direção na implantação de programa de auditoria permanente/CGM | 0 | 1 | 00 | P | 1 | 370.000,00 | 0 | 0,00 | 1 | 370.000,00 |
| | | | | OBJETIVO: Proteção do patrimônio público e bom gerenciamento dos negócios públicos, avaliando o cumprimento de metas, comprovando a legalidade e avaliando os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. | | | | | | | | | | |
| | | | | PRODUTO: Ações/Atividades. | | | | | | | | | | |
| | | | | META: 1 | | | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | |
| | | | | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | RP | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR |
| | | | | | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 370.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 370.000,00 |

Handwritten signature/initials



PROGRAMA: Gestão das Diretrizes Municipais.

OBJETIVO: Apoiar e planejar a administração municipal, planejar custos, analisar a viabilidade de projetos, controlar orçamentos, e projetos do governo.

JUSTIFICATIVA: O programa permitirá a implementação das ações de planejamento e orçamento.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

| CÓDIGOS | | | | AÇÃO DENOMINAÇÃO | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | | |
|--------------------|-----|--------|--|--|----------------------------|-----|---------------------|------|----------------|------------|-------------------|-------|--------------|------------|
| F | SF | CÓDIGO | | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | |
| | | | | | | | | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | |
| 04 | 121 | 2225 | | AÇÃO: Getão das Ações de Planejamento. | 0 | 1 | 00 | P | 1 | 600.000,00 | 0 | 0,00 | 1 | 600.000,00 |
| | | | | OBJETIVO: Gerenciar as ações da administração municipal. | | | | | | | | | | |
| | | | | PRODUTO: Ações/Atividades gerenciadas. | | | | | | | | | | |
| | | | | META: 1 | | | | | | | | | | |
| 04 | 122 | 2228 | | AÇÃO: Elaboração de projetos executivos de construção, reforma e ampliação. | 0 | 1 | 00 | P | 36 | 150.000,00 | 0 | 0,00 | 36 | 150.000,00 |
| | | | | OBJETIVO: Desenvolver projetos executivos. | | | | | | | | | | |
| | | | | PRODUTO: Projeto executivo elaborado. | | | | | | | | | | |
| | | | | META: 36 | | | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | |
| | | | | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | RP | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR |
| | | | | | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 750.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 750.000,00 |

(Handwritten signature)

Anexo I: Prioridades e Metas da Administração

LDO 2013

PROGRAMA: Atendimento e Desenvolvimento da Gestão Administrativa e Finanças.

OBJETIVO: Melhorar a estrutura dos órgãos municipais, visando a boa prestação de serviços aos munícipes bem como a adequação do sistema de finanças e governabilidade para a administração pública.

JUSTIFICATIVA: Atender as mudanças da legislação, atualizar o cadastro de contribuintes e alavancar o desenvolvimento das políticas públicas.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

| CÓDIGO | | AÇÃO | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | TOTAL | |
|--------------------|-----|--------|---|----------------------------|-----|---------------------|----|-----------------------|---------------------|-----------|-------------|--------------|---------------------|
| F | SF | CÓDIGO | DENOMINAÇÃO | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR |
| 04 | 122 | 1106 | AÇÃO: Implantação e coordenação do Prog. de modern. Tributária | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 100.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 100.000,00 |
| | | | OBJETIVO: Administrar e gerir. | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 100.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 100.000,00 |
| | | | PRODUTO: Ações / Atividades gerenciadas . | | | | | | | | | | |
| | | | META: 1 | | | | | | | | | | |
| 04 | 122 | 2230 | AÇÃO: Gestão das ações de administração e finanças. | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 7.260.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 7.260.000,00 |
| | | | OBJETIVO: Administrar e gerir. | 0 | 1 | 24 | P | 100% | 40.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 40.000,00 |
| | | | PRODUTO: Ações / Atividades gerenciadas . | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 600.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 600.000,00 |
| | | | META: 1 | | | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | TOTAL | |
| | | | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | RP | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR |
| | | | | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 7.360.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 7.360.000,00 |
| | | | | 0 | 1 | 24 | P | 100% | 40.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 40.000,00 |
| | | | | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 700.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 700.000,00 |
| TOTAL GERAL | | | | | | | | 100% | 8.100.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 8.100.000,00 |


 3



| | |
|---------------------|---|
| PROGRAMA: | Construindo o Futuro |
| OBJETIVO: | Possibilitar a implementação das ações desenvolvidas na Secretaria de Infra Estrutura e Meio Ambiente promovendo o desenvolvimento do município melhorando a qualidade ambiental e por consequência a qualidade de vida dos municípios. |
| JUSTICATIVA: | O programa permitirá a implementação das ações de infra estrutura e meio ambiente. |

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

| CODIGOS | | AÇÃO | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | TOTAL | |
|---------|-----|--------|--|---------------------|-----|---------------------|----|----------------|--------------|------|--------------|-------|--------------|
| F | SF | CODIGO | DENOMINAÇÃO | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR |
| 17 | 512 | 1107 | AÇÃO: Construção, ampliação e manutenção de rede de esgoto. | 0 | 1 | 00 | P | 70% | 301.000,00 | 30% | 129.000,00 | 100% | 430.000,00 |
| | | | OBJETIVO: Sanear áreas que não foram contempladas com saneamento básico. | 0 | 1 | 42 | P | 70% | 315.000,00 | 30% | 135.000,00 | 100% | 450.000,00 |
| | | | PRODUTO: Rede de esgoto construída | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | |
| 15 | 451 | 1123 | AÇÃO: Construção, ampliação e reforma de bens de uso comum. | 0 | 1 | 24 | P | 80% | 40.000,00 | 20% | 10.000,00 | 100% | 50.000,00 |
| | | | OBJETIVO: Ampliar e construir os equipamentos, praças, parques, jardins de uso público. | | | | | | | | | | |
| | | | PRODUTO: Bens contruídos e ampliados. | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | |
| 15 | 451 | 1126 | AÇÃO: Manutenção e reforma de edificações públicas. | 0 | 1 | 00 | P | 90% | 45.000,00 | 10% | 5.000,00 | 100% | 50.000,00 |
| | | | OBJETIVO: Manter e reformar edificações públicas. | 0 | 1 | 42 | P | 90% | 315.000,00 | 10% | 35.000,00 | 100% | 350.000,00 |
| | | | PRODUTO: Edificações reformadas e reparadas. | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | |
| 15 | 451 | 1127 | AÇÃO: Pavimentação e recuperação de vias urbanas. | 0 | 1 | 24 | P | 80% | 896.000,00 | 20% | 224.000,00 | 100% | 1.120.000,00 |
| | | | OBJETIVO: Execução de pavimentação em logradouros. | 0 | 1 | 42 | P | 80% | 4.000.000,00 | 20% | 1.000.000,00 | 100% | 5.000.000,00 |
| | | | PRODUTO: Ruas, avenidas, estradas e pátios pavimentados. | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | |

4
1
1

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

| CODIGOS | | AÇÃO | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | RE. REALIZAÇÃO | | ZONA RURAL | | TOTAL | |
|---------|-----|--------|---|---------------------|-----|---------------------|----|----------------|--------------|------------|------------|-------|--------------|
| F | SF | CODIGO | DENOMINAÇÃO | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1266/08) | PF | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR |
| 15 | 451 | 1128 | AÇÃO: Construção, reforma, ampliação e manutenção do sistema de iluminação pública. OBJETIVO: Promover segurança e acesso a energia a população urbana e rural. PRODUTO: Rede ampliada. META: 100% | 0 | 1 | 00 | P | 30% | 195.000,00 | 70% | 455.000,00 | 100% | 650.000,00 |
| | | | | 0 | 1 | 42 | P | 30% | 249.000,00 | 70% | 581.000,00 | 100% | 830.000,00 |
| 15 | 451 | 1130 | AÇÃO: Construção e manutenção de estradas vicinais e passagens molhadas/CIDE. OBJETIVO: Possibilitar o acesso viário na zona rural. PRODUTO: Estradas construída e mantidas. META: 100% | 0 | 1 | 16 | P | 30% | 74.092,44 | 70% | 172.882,36 | 100% | 246.974,80 |
| 15 | 813 | 1134 | AÇÃO: Construção, manutenção e reforma de quadra poliesportiva. OBJETIVO: Construir, reformar e manter as quadras poliesportivas na zona urbana e rural do Município. PRODUTO: Quadras construídas ou reformadas. META: 100% | 0 | 1 | 42 | P | 50% | 125.000,00 | 50% | 125.000,00 | 100% | 250.000,00 |
| 15 | 451 | 1142 | AÇÃO: Construção Ciclovia. OBJETIVO: Execução da Ciclovia do Aeroporto ao Ceasa. PRODUTO: Ciclovia construída. META: 100% | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 1.530.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 1.530.000,00 |
| | | | | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 270.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 270.000,00 |
| 04 | 122 | 2232 | AÇÃO: Gestão das Ações de Infra Estrutura e Meio Ambiente OBJETIVO: Implementar as ações de apoio a Secretaria. PRODUTO: Ações/Atividades gerenciadas. META: 100% | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 4.323.187,17 | 0% | 0,00 | 100% | 4.323.187,17 |
| | | | | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 969.838,03 | 0% | 0,00 | 100% | 969.838,03 |
| 27 | 813 | 5018 | AÇÃO: Construção do parque de vaquejada OBJETIVO: Administrar e gerir PRODUTO: Ações gerenciadas META: 100% | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 300.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 300.000,00 |
| 15 | 451 | 5070 | AÇÃO: Construção e recuperação de Praças, Parques, Lagos, Balneários e Jardins. OBJETIVO: Administrar e gerir PRODUTO: Ações gerenciadas META: 100% | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 310.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 310.000,00 |
| | | | | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 290.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 290.000,00 |

| DETALHAMENTO DAS AÇÕES | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------|-----|--------|---|----------------------------|-----|---------------------|----|---------------------|----------------------|-------------------|---------------------|--------------|----------------------|------------|-------|-------|--|
| CÓDIGOS | | | | AÇÃO | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | |
| F | SF | CODIGO | DENOMINAÇÃO | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | | |
| 15 | 451 | 5073 | AÇÃO: Construção de Passarela para Pedestres | 0 | 1 | 24 | P | 100% | 20.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 20.000,00 | | | | |
| | | | OBJETIVO: Administrar e gerir | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 200.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 200.000,00 | | | | |
| | | | PRODUTO: Ações gerenciadas | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | | | | |
| 15 | 451 | 5074 | AÇÃO: Ampliação e Reforma da Ponte de Acesso a Ilha de Paulo Afonso | 0 | 1 | 24 | P | 100% | 200.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 200.000,00 | | | | |
| | | | OBJETIVO: Administrar e gerir | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 500.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 500.000,00 | | | | |
| | | | PRODUTO: Ações gerenciadas | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | | | | |
| 15 | 451 | 5075 | AÇÃO: Urbanização de áreas balneárias do Bairro Tancredo Neves | 0 | 1 | 24 | P | 100% | 100.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 100.000,00 | | | | |
| | | | OBJETIVO: Administrar e gerir | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 200.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 200.000,00 | | | | |
| | | | PRODUTO: Ações gerenciadas | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | | | | |
| 15 | 451 | 5077 | AÇÃO: Construção de Aduтора Xingozinho/Mandú/Junco/Picos | 0 | 1 | 24 | P | 0% | 0,00 | 100% | 10.000,00 | 100% | 10.000,00 | | | | |
| | | | OBJETIVO: Administrar e gerir | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 0,00 | 0% | 350.000,00 | 100% | 350.000,00 | | | | |
| | | | PRODUTO: Ações gerenciadas | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | | | | | |
| | | | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | RP | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | | |
| | | | | 0 | 1 | 00 | P | 92% | 6.704.187,17 | 8% | 589.000,00 | 100,0% | 7.293.187,17 | | | | |
| | | | | 0 | 1 | 16 | P | 30% | 74.092,44 | 70% | 172.882,36 | 100,0% | 246.974,80 | | | | |
| | | | | 0 | 1 | 24 | P | 84% | 1.256.000,00 | 16% | 244.000,00 | 100,0% | 1.500.000,00 | | | | |
| | | | | 0 | 1 | 42 | P | 78% | 7.733.838,03 | 22% | 2.226.000,00 | 100,0% | 9.959.838,03 | | | | |
| | | | | TOTAL GERAL | | | | 0,829901 | 15.768.117,64 | 17% | 3.231.882,36 | 100% | 19.000.000,00 | | | | |

4
6



| | |
|-----------------------|---|
| PROGRAMA: | Paulo Afonso Verde, Limpo e Seguro. |
| OBJETIVO: | Coletar o lixo domiciliar, proceder a varrição dos logradouros, dar destinação final ao lixo, manter os jardins, e as árvores, tornando o município cada vez mais limpo e mais verde, preservando a qualidade do meio ambiente e a saúde da população |
| JUSTIFICATIVA: | Redução dos problemas de saúde da população pauloafonsina. |

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

| CÓDIGOS | | | | AÇÃO | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | |
|--------------------|-----|--------|---|----------------------------|------------|----------------------------|-----------|---------------------|---------------|----------------------|--------------|-------------------|---------------|----------------------|--------------|--|
| F | SF | CODIGO | DENOMINAÇÃO | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | |
| 04 | 122 | 2105 | AÇÃO: Gestão das ações da Secretaria de serviços Públicos | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 6.483.609,94 | 0% | 0,00 | 100% | 6.483.609,94 | | | |
| | | | OBJETIVO: Apoiar e viabilizar as ações da Secretaria Municipal de Serviços Públicos. | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 943.090,91 | 0% | 0,00 | 100% | 943.090,91 | | | |
| | | | PRODUTO: Ações implementadas. | | | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | | | |
| 15 | 452 | 2108 | AÇÃO: Conservação e manutenção de jardins, árvores no Município. | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 16.194,03 | 0% | 0,00 | 100% | 16.194,03 | | | |
| | | | OBJETIVO: Amenizar o clima e ornamentação a cidade, melhorando a qualidade do meio ambiente. | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 259.090,91 | 0% | 0,00 | 100% | 259.090,91 | | | |
| | | | PRODUTO: Jardins e áreas verdes mantidos. | | | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | | | |
| 15 | 452 | 2112 | AÇÃO: Serviços de Limpeza de lixo, logradouros públicos, pátios de feiras e terrenos baldios | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 3.589.676,62 | 0% | 0,00 | 100% | 3.589.676,62 | | | |
| | | | OBJETIVO: Remover detritos das vias públicas, e serviços de capinação, roço, e poda de árvores. | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 3.689.454,55 | 0% | 0,00 | 100% | 3.689.454,55 | | | |
| | | | PRODUTO: Logradouros varridos | | | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | | | |
| 04 | 122 | 2116 | AÇÃO: Manutenção das ações dos agentes de trânsito municipal. | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 161.340,30 | 0% | 0,00 | 100% | 161.340,30 | | | |
| | | | OBJETIVO: Apoiar e permitir as ações dos agentes de trânsito municipal. | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 31.090,90 | 0% | 0,00 | 100% | 31.090,90 | | | |
| | | | PRODUTO: Ações desenvolvidas | | | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | | | |
| 26 | 453 | 2117 | AÇÃO: Gestão das ações de transportes. | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 475.024,88 | 0% | 0,00 | 100% | 475.024,88 | | | |
| | | | OBJETIVO: Garantir segurança e eficácia do sistema de transporte coletivo, e | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 777.272,73 | 0% | 0,00 | 100% | 777.272,73 | | | |
| | | | PRODUTO: Ações implementadas. | | | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | | | |
| 06 | 181 | 2119 | AÇÃO: Manutenção da Guarda Municipal. | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 124.154,23 | 0% | 0,00 | 100% | 124.154,23 | | | |
| | | | OBJETIVO: Garantir a segurança e a integridade física dos prédios e equipamentos públicos que integram o patrimônio público municipal. | | | | | | | | | | | | | |
| | | | PRODUTO: Atividades Desenvolvidas. | | | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | | | ZONA RURAL | | | | |
| | | | | IDUS | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | RP | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | |
| | | | | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 10.850.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 10.850.000,00 | | | |
| | | | | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 5.700.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 5.700.000,00 | | | |
| | | | | TOTAL GERAL | | | | | 100% | 16.550.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 16.550.000,00 | | |



PROGRAMA: Desenvolvimento e Potencialidades Econômicas do Município.

OBJETIVO: Planejar, implementar, coordenar e fortalecer as políticas de desenvolvimento econômico do município relacionadas à agricultura, pecuária, piscicultura, indústria, comércio e serviços, promovendo as condições para otimizar os planos, projetos e programas de geração de emprego, trabalho e renda.

JUSTIFICATIVA: Fomentar a atividade produtiva, empreendedora e empresarial visando incentivar a geração de emprego, trabalho e renda, de forma a promover o desenvolvimento sustentável do município.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

| CÓDIGOS | | | AÇÃO DENOMINAÇÃO | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | TOTAL | |
|---------|-----|--------|---|---------------------|-----|---------------------|----|----------------|--------------|------|--------------|-------|--------------|
| F | SF | CÓDIGO | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR |
| 04 | 122 | 2120 | AÇÃO: Gestão das ações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico | 0 | 1 | 00 | P | 40% | 1.288.000,00 | 60% | 1.932.000,00 | 100% | 3.220.000,00 |
| | | | OBJETIVO: Viabilizar a realização de ações de Desenvolvimento Econômico | 0 | 1 | 42 | P | 40% | 120.000,00 | 60% | 180.000,00 | 100% | 300.000,00 |
| | | | PRODUTO: Atividades Implementadas/Gerenciadas | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | |
| 22 | 691 | 2121 | AÇÃO: Fomento à indústria, ao comércio e aos serviços | 0 | 1 | 00 | P | 80% | 160.000,00 | 20% | 40.000,00 | 100% | 200.000,00 |
| | | | OBJETIVO: Ampliação, consolidação e urbanização do polo industrial e das áreas do comércio e de serviços | 0 | 1 | 42 | P | 80% | 80.000,00 | 20% | 20.000,00 | 100% | 100.000,00 |
| | | | PRODUTO: Obras / Atividades executadas | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | |
| 26 | 784 | 5025 | AÇÃO: Aquisição de Balsa para Despesca | 0 | 1 | 00 | P | 0% | 0,00 | 100% | 5.803,20 | 100% | 5.803,20 |
| | | | OBJETIVO: Administrar e gerir. | 0 | 1 | 24 | P | 0% | 0,00 | 100% | 144.196,80 | 100% | 144.196,80 |
| | | | PRODUTO: Ações gerenciadas. | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | |
| 20 | 602 | 5078 | AÇÃO: Casa Homem do Campo | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 110.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 110.000,00 |
| | | | OBJETIVO: Administrar e gerir. | | | | | | | | | | |
| | | | PRODUTO: Ações gerenciadas. | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | |

| DETALHAMENTO DAS AÇÕES | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------|-----|--------|--|----------------------------|-----|---------------------|----|-------------|--------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|---------------------|
| CÓDIGOS | | | AÇÃO | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | | |
| F | SF | CÓDIGO | DENOMINAÇÃO | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | |
| 20 | 602 | 6007 | AÇÃO: Fomento à Piscicultura | 0 | 1 | 00 | P | 0% | 0,00 | 100% | 200.000,00 | 100% | 200.000,00 | |
| | | | OBJETIVO: Estimular a ampliação, fortalecer e monitorar os projetos / empreendimentos de piscicultura do | 0 | 1 | 42 | P | 0% | 0,00 | 100% | 100.000,00 | 100% | 100.000,00 | |
| | | | PRODUTO: Projetos / empreendimentos atendidos | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | |
| 20 | 602 | 6030 | AÇÃO: Fomento à Agropecuária | 0 | 1 | 00 | P | 0% | 0,00 | 100% | 200.000,00 | 100% | 200.000,00 | |
| | | | OBJETIVO: Estimular a produção agropecuária no município | 0 | 1 | 42 | P | 0% | 0,00 | 100% | 100.000,00 | 100% | 100.000,00 | |
| | | | PRODUTO: Projetos / Ações realizadas | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | |
| 20 | 602 | 6031 | AÇÃO: Programa de Abastecimento de Água da Area Rural | 0 | 1 | 42 | P | 0% | 0,00 | 100% | 2.150.000,00 | 100% | 2.150.000,00 | |
| | | | OBJETIVO: Garantir o acesso à água no meio rural, viabilizando condições de permanência do homem no campo | | | | | | | | | | | |
| | | | PRODUTO: Oferta de água em todos os povoados do município | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | |
| 20 | 602 | 6032 | AÇÃO: Expo Paulo Afonso - Exposição de animais e feira de negócios | 0 | 1 | 00 | P | 0% | 0,00 | 100% | 300.000,00 | 100% | 300.000,00 | |
| | | | OBJETIVO: Fomentar as atividades agropecuárias e de piscicultura no município | | | | | | | | | | | |
| | | | PRODUTO: Evento realizado | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | | |
| | | | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | RP | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | |
| | | | | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 1.558.000,00 | 0% | 2.677.803,20 | 100% | 4.235.803,20 | |
| | | | | 0 | 1 | 24 | P | 100% | 0,00 | 0% | 144.196,80 | 100% | 144.196,80 | |
| | | | | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 200.000,00 | 0% | 2.550.000,00 | 100% | 2.750.000,00 | |
| | | | | TOTAL GERAL | | | | | 25% | 1.758.000,00 | 75% | 5.372.000,00 | 100% | 7.130.000,00 |

4
5



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
 Endereço: Avenida Apolônio Sales
 PAULO AFONSO / BA
 CNPJ/MF: 14.217.327/0001-24

Anexo I: Prioridades e Metas da Administração

LDO 2013

PROGRAMA: Administrar, Crescer e Desenvolver o Bairro (BTN)

OBJETIVO: Promover um melhor atendimento ao Público, visando o crescimento e o desenvolvimento do Bairro.

JUSTIFICATIVA: Ações voltadas à Administração e desenvolvimento socioeconômico da Comunidade.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

| CÓDIGOS | | | | AÇÃO | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | | |
|---------------------|-----|--------|--------------------------------------|----------------------------|-----|---------------------|----|----------------|--------------|-------------------|-------|--------------|--------------|
| DESTINAÇÃO RECURSOS | | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | | | | | | | |
| F | SF | CÓDIGO | DENOMINAÇÃO | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR |
| 04 | 122 | 6006 | AÇÃO: Administração do Bairro | 0 | 1 | 000 | P | 100% | 1.250.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 1.250.000,00 |
| | | | OBJETIVO: Administrar e gerir | | | | | | | | | | |
| | | | PRODUTO: Atividades | | | | | | | | | | |
| | | | META: 1 | | | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | |
| | | | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | RP | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR |
| | | | | 0 | 1 | 000 | P | 100% | 1.250.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 1.250.000,00 |

4,1
/



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO

Endereço: Avenida Apolônio Sales

PAULO AFONSO / BA

CNPJ/MF: 14.217.327/0001-24

Anexo I: Prioridades e Metas da Administração

LDO 2013

| | |
|-----------------------|---|
| PROGRAMA: | Turismo como principal fator de desenvolvimento econômico, social e cultural do município. |
| OBJETIVO: | Promover o desenvolvimento de políticas voltadas para o turismo, a cultura, esporte e lazer, visando promover com regularidade a execução de programas, projetos e ações do interesse da população. |
| JUSTIFICATIVA: | Planejar, programar, organizar, impulsionar e supervisionar atividades esportivas, culturais, turísticas e lazer no âmbito municipal. |

DETALHAMENTO DA MACROAÇÃO

| CÓDIGOS | | | | AÇÃO DENOMINAÇÃO | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | | |
|------------------------------|-----|--------|--|--|---------------------|-----|---------------------|----|----------------|---------------------|--------------------|---------------------|---------------|---------------------|
| F | SF | CÓDIGO | | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | SEDE QTD. | SEDE VALOR | ZONA RURAL QTD. | ZONA RURAL VALOR | TOTAL QTD. | TOTAL VALOR |
| 23 | 122 | 2137 | | AÇÃO: Apoio a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte | 0 | 1 | 00 | P | 80% | 1.530.730,10 | 20% | 382.682,52 | 100% | 1.913.412,62 |
| | | | | OBJETIVO: Administrar e gerir | 0 | 1 | 42 | P | 80% | 640.000,00 | 20% | 160.000,00 | 100% | 800.000,00 |
| | | | | PRODUTO: Ações/atividades gerenciadas | | | | | | | | | | |
| | | | | META: 100% | | | | | | | | | | |
| 13 | 392 | 2234 | | AÇÃO: Dinamização do Calendário de Eventos | 0 | 1 | 00 | P | 25 | 986.812,45 | 19 | 749.977,47 | 44 | 1.736.789,92 |
| | | | | OBJETIVO: Otimizar as ações de eventos e conquistar resultados estratégicos | 0 | 1 | 42 | P | 25 | 340.909,09 | 19 | 259.090,91 | 44 | 600.000,00 |
| | | | | PRODUTO: Eventos realizados | | | | | | | | | | |
| | | | | META: 44 | | | | | | | | | | |
| 27 | 812 | 6023 | | AÇÃO: Gestão do Calendário Esportivo | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 659.797,46 | 0% | 0,00 | 100% | 659.797,46 |
| | | | | OBJETIVO: Administrar e gerir | | | | | | | | | | |
| | | | | PRODUTO: Ações gerenciadas. | | | | | | | | | | |
| | | | | META: 100% | | | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL MACROAÇÃO | | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | |
| | | | | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | RP | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR |
| | | | | | 0 | 1 | 00 | P | 74% | 3.177.340,01 | 26% | 1.132.659,99 | 100% | 4.310.000,00 |
| | | | | | 0 | 1 | 42 | P | 70% | 980.909,09 | 30% | 419.090,91 | 100% | 1.400.000,00 |
| | | | | | TOTAL GERAL | | | | 73% | 4.158.249,10 | 27% | 1.551.750,90 | 100% | 5.710.000,00 |

4/1/1



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
Endereço: Avenida Apolônio Sales
PAULO AFONSO / BA
CNPJ/ME: 14.217.327/0001-24

Anexo I: Prioridades e Metas da Administração

LDO 2013

| PROGRAMA: | | Sociedade Saudável | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----|--|---|-------|---------------------|---------------------|----|------|--------------|------|------------|------|--------------|--|
| OBJETIVO: | | Atender aos compromissos com a pactuação ao cumprimento aos princípios e diretrizes do SUS e contribuindo com sua consolidação voltada para a rede assistencial. | | | | | | | | | | | | |
| JUSTIFICATIVA: | | Melhorar o atendimento na qualidade e humanização. | | | | | | | | | | | | |
| DETALHAMENTO DAS AÇÕES | | | | | | | | | | | | | | |
| CÓDIGOS | | | AÇÃO | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | |
| F | SF | CÓDIGO | DENOMINAÇÃO | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | |
| 10 | 301 | 1155 | AÇÃO: Construção, Ampliação e reforma das Unidades de Saúde | 0 | 1 | 02 | P | 11 | 100.000,00 | 0 | 0,00 | 11 | 100.000,00 | |
| | | | OBJETIVO: Garantir melhorias das instalações físicas da Rede da Municipal de Saúde. | 0 | 1 | 14 | P | 11 | 1.350.000,00 | 0 | | 11 | 1.350.000,00 | |
| | | | PRODUTO: Unidades construídas, reformadas ou ampliadas | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 04 Construção; 09 Ampliação; 27 Reformas | | | | | | | | | | | |
| 10 | 305 | 2237 | AÇÃO: Gestão do programa de HIV/AIDS E DST | 0 | 1 | 02 | P | 100% | 80.000,00 | 0 | 0,00 | 1 | 80.000,00 | |
| | | | OBJETIVO: Reduzir a incidência de HIV/AIDS e outras DST bem como a vulnerabilidade da população a esses agravos e Implantar consultório odontológico | 0 | 1 | 14 | P | 100% | 80.000,00 | 0 | 0,00 | 1 | 80.000,00 | |
| | | | PRODUTO: Plano elaborado e Consultório implantado. | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | |
| 10 | 304 | 2245 | AÇÃO: Gestão das ações em vigilância sanitária | 0 | 1 | 02 | P | 100% | 417.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 417.000,00 | |
| | | | OBJETIVO: Criar instrumento norteador das ações de Vigilância no município. | 0 | 1 | 14 | P | 100% | 40.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 40.000,00 | |
| | | | PRODUTO: Plano Elaborado. | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | |
| 10 | 305 | 2251 | AÇÃO: Gestão das ações de vigilância Epidemiológica. | 0 | 1 | 02 | P | 100% | 1.691.500,00 | 0% | 0,00 | 100% | 1.691.500,00 | |
| | | | OBJETIVO: Ampliar e melhorar as ações e serviços de Vigilância Epidemiológica e Ambiental. | 0 | 1 | 14 | P | 100% | 330.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 330.000,00 | |
| | | | PRODUTO: População atendida. | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | |

Handwritten signature and initials.

| DETALHAMENTO DAS AÇÕES | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------|-----|--------|------------------|--|-------|-----|---------------------|----------------|-------|--------------|------------|------|-------|--------------|
| CÓDIGOS | | | AÇÃO | | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | | | |
| F | SF | CÓDIGO | DENOMINAÇÃO | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | |
| | | | | | | | | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | |
| 10 | 301 | 2261 | AÇÃO: | Gestão das ações do Pacs | 0 | 1 | 02 | P | 100% | 350.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 350.000,00 |
| | | | OBJETIVO: | Aumentar a cobertura da Atenção Básica | 0 | 1 | 14 | P | 100% | 2.100.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 2.100.000,00 |
| | | | PRODUTO: | Usuários atendidos e Unidades implantadas. | | | | | | | | | | |
| | | | META: | 100% dos Usuários e 05 unidades | | | | | | | | | | |
| 10 | 301 | 2265 | AÇÃO: | Gestão das ações de saúde Bucal-PSB | 0 | 1 | 02 | P | 100% | 50.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 50.000,00 |
| | | | OBJETIVO: | Ampliar cobertura de Saúde Bucal e garantir a continuidade e conclusão do tratamento | 0 | 1 | 14 | P | 100% | 500.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 500.000,00 |
| | | | PRODUTO: | Usuário atendido. | | | | | | | | | | |
| | | | META: | 100% | | | | | | | | | | |
| 10 | 301 | 2271 | AÇÃO: | Gestão do programa saúde da família | 0 | 1 | 02 | P | 5 | 3.350.007,26 | 0 | 0,00 | 5 | 3.350.007,26 |
| | | | OBJETIVO: | Ampliar e melhorar o atendimento com qualidade nas Unidades Básicas de Saúde. | 0 | 1 | 14 | P | 5 | 3.800.000,00 | 0 | 0,00 | 5 | 3.800.000,00 |
| | | | PRODUTO: | Equipes implantadas. | | | | | | | | | | |
| | | | META: | 100% | | | | | | | | | | |
| 10 | 302 | 2273 | AÇÃO: | Gestão das ações do SAMU | 0 | 1 | 02 | P | 100% | 900.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 900.000,00 |
| | | | OBJETIVO: | Facilitar o acesso à oferta de tecnologia e regulação para atendimento humanizado e emergencial do SAMU. | 0 | 1 | 14 | P | 100% | 2.000.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 2.000.000,00 |
| | | | PRODUTO: | Pessoas atendidas. | | | | | | | | | | |
| | | | META: | 100% | | | | | | | | | | |
| 10 | 301 | 2275 | AÇÃO: | Gestão das ações de assistência farmacêutica | 0 | 1 | 02 | P | 100% | 1.000.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 1.000.000,00 |
| | | | OBJETIVO: | Favorecer o acesso dos usuários ao atendimento de suas receitas. | 0 | 1 | 14 | P | 100% | 680.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 680.000,00 |
| | | | PRODUTO: | Pessoas atendidas. | | | | | | | | | | |
| | | | META: | 100% | | | | | | | | | | |

4,1/11

| DETALHAMENTO DAS AÇÕES | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------|-----|--------|---|-------|-----|---------------------|----|---------------------|---------------|-------|------------|----------------|---------------|-------|--|
| CÓDIGOS | | | | AÇÃO | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | |
| F | SF | CODIGO | DENOMINAÇÃO | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/06) | PF | QTD. | SEDE | VALOR | ZONA RURAL | QTD. | VALOR | TOTAL | |
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | 302 | 2277 | AÇÃO: Gestão da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar. | 0 | 1 | 02 | P | 100% | 2.000.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 2.000.000,00 | | |
| | | | OBJETIVO: Oferecer a população uma melhor qualidade nos atendimentos e internamentos oferecidos. | 0 | 1 | 14 | P | 100% | 21.000.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 21.000.000,00 | | |
| | | | PRODUTO: População atendida. | | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | | |
| 10 | 301 | 2287 | AÇÃO: Gestão das ações de atenção básica- PAB | 0 | 1 | 02 | P | 100% | 344.109,00 | 0% | 0,00 | 100% | 344.109,00 | | |
| | | | OBJETIVO: Melhorar e ampliar os serviços básicos de saúde. | 0 | 1 | 14 | P | 100% | 2.150.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 2.150.000,00 | | |
| | | | PRODUTO: Serviços prestados. | | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | | |
| 10 | 301 | 2288 | AÇÃO: Gestão das ações da farmácia popular | 0 | 1 | 02 | P | 100% | 60.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 60.000,00 | | |
| | | | OBJETIVO: Gerir e administrar. | 0 | 1 | 14 | P | 100% | 120.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 120.000,00 | | |
| | | | PRODUTO: Ações gerenciadas. | | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | | |
| 10 | 301 | 2290 | AÇÃO: Gestão das ações de saúde | 0 | 1 | 02 | P | 100% | 8.500.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 8.500.000,00 | | |
| | | | OBJETIVO: Administrar e gerir. | 0 | 1 | 14 | P | 100% | 30.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 30.000,00 | | |
| | | | PRODUTO: Ações gerenciadas. | | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | | |
| 10 | 301 | 5071 | AÇÃO: Caravana da Cidadania para saúde | 0 | 1 | 02 | P | 100% | 40.000,00 | 0 | 0,00 | 100% | 40.000,00 | | |
| | | | OBJETIVO: Administrar e gerir. | | | | | | | | | | | | |
| | | | PRODUTO: Ações gerenciadas. | | | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | | | |

42/11

| DETALHAMENTO DAS AÇÕES | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------|-----|--------|-------------|--|----------------------------|-----|------------------------|----|----------------|----------------------|--------------------------|-------------|--------------|----------------------|
| CÓDIGOS | | | AÇÃO | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | TOTAL | |
| F | SF | CÓDIGO | DENOMINAÇÃO | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | QTD. | SEDE VALOR | ZONA RURAL QTD. VALOR | | QTD. | VALOR |
| 10 | 302 | 6019 | AÇÃO: | Gestão CEO | 0 | 1 | 02 | P | 100% | 400.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 400.000,00 |
| | | | OBJETIVO: | Administrar e gerir. | 0 | 1 | 14 | P | 100% | 110.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 110.000,00 |
| | | | PRODUTO: | Ações gerenciadas. | | | | | | | | | | |
| | | | META: | 100% | | | | | | | | | | |
| 10 | 301 | 6020 | AÇÃO: | Gestão das Ações Básicas aos Povos Indígenas | 0 | 1 | 02 | P | 100% | 10.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 10.000,00 |
| | | | OBJETIVO: | Administrar e gerir. | 0 | 1 | 14 | P | 100% | 140.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 140.000,00 |
| | | | PRODUTO: | Ações gerenciadas. | | | | | | | | | | |
| | | | META: | 100% | | | | | | | | | | |
| 10 | 301 | 6021 | AÇÃO: | Gestão das Ações do NASF | 0 | 1 | 02 | P | 100% | 10.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 10.000,00 |
| | | | OBJETIVO: | Administrar e gerir. | 0 | 1 | 14 | P | 100% | 480.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 480.000,00 |
| | | | PRODUTO: | Ações gerenciadas. | | | | | | | | | | |
| | | | META: | 100% | | | | | | | | | | |
| 10 | 301 | 6022 | AÇÃO: | Gestão do Programa Rede Cegonha | 0 | 1 | 02 | P | 100% | 100.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 100.000,00 |
| | | | OBJETIVO: | Administrar e gerir. | 0 | 1 | 14 | P | 100% | 3.677.415,33 | 0% | 0,00 | 100% | 3.677.415,33 |
| | | | PRODUTO: | Ações gerenciadas. | | | | | | | | | | |
| | | | META: | 100% | | | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | |
| | | | | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | RP | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR |
| | | | | | 0 | 1 | 02 | P | 100% | 19.402.616,26 | 0% | 0,00 | 100% | 19.402.616,26 |
| | | | | | 0 | 1 | 14 | P | 100% | 38.587.415,33 | 0% | 0,00 | 100% | 38.587.415,33 |
| | | | | | TOTAL GERAL | | | | 100% | 57.990.031,59 | 0% | 0,00 | 100% | 57.990.031,59 |

4
1



PROGRAMA: Educar para a Cidadania LDO 2013

OBJETIVO: Atender e revitalizar a Educação Básica, desenvolvendo políticas educacionais com vistas a ampliação do atendimento às crianças, adolescentes, jovens e adultos, pautado na melhoria da qualidade da educação básica.

JUSTIFICATIVA: Promoção de meios para, em consonância com o Plano de Ações Articuladas - PAR e as metas do Plano Nacional de Educação, desenvolver ações voltadas para a melhoria dos Índice da Educação Básica.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

| CÓDIGOS | | | AÇÃO DENOMINAÇÃO | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | TOTAL | |
|---------|-----|--------|---|---------------------|-----|---------------------|----|----------------|---------------|--------------------|---------------------|-------|--------------|
| F | SF | CÓDIGO | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/06) | PF | SEDE QTD. | SEDE VALOR | ZONA RURAL QTD. | ZONA RURAL VALOR | QTD. | VALOR |
| 12 | 122 | 2158 | AÇÃO: Manutenção da Casa dos Estudantes. OBJETIVO: Promover a inclusão social de estudantes universitários de Paulo Afonso em situação de vulnerabilidade socioeconômica. PRODUTO: Elevação dos Indicadores de qualidade META: 100% | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 100.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 100.000,00 |
| 12 | 361 | 2189 | AÇÃO: Gestão das Ações da Merenda Escolar/PNAE/PNAP/PNAEJA/PNAC /PNAEM(FNDE) OBJETIVO: Assegurar merenda escolar de qualidade que atenda nutricionalmente o aluno PRODUTO: Aluno atendido plenamente. META: 100% | 0 | 1 | 00 | P | 70% | 140.000,00 | 30% | 60.000,00 | 100% | 200.000,00 |
| | | | | 0 | 1 | 15 | P | 70% | 841.165,61 | 30% | 360.499,55 | 100% | 1.201.665,16 |
| 12 | 366 | 2194 | AÇÃO: Reestruturação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) OBJETIVO: Qualificar os professores que atuam com a educação de jovens e adultos e ofertar curso de iniciação profissional para os alunos que apresentam aptidão para tal PRODUTO: Professores qualificados e alunos pre capacitados para o mercado de trabalho META: 90% | 0 | 1 | 01 | P | 90% | 45.000,00 | 10% | 5.000,00 | 100% | 50.000,00 |
| 12 | 122 | 2201 | AÇÃO: Manutenção dos Conselhos Municipais de Educação-Fundeb 40% OBJETIVO: Garantir o pleno funcionamento dos conselhos(FUNDEB, CAE, CME) PRODUTO: Conselhos funcionando META: 100% | 0 | 1 | 19 | P | 100% | 44.728,79 | 0% | 0,00 | 100% | 44.728,79 |
| 12 | 365 | 2291 | AÇÃO: Ampliação, modernização e adequação das Escolas de Educação Básica - Fundeb 40% OBJETIVO: Ampliar, adequar e modernizar as Escolas de Educação Básica PRODUTO: Escolas ampliadas, adequadas e modernizadas. META: 100% | 0 | 1 | 19 | P | 70% | 350.000,00 | 30% | 150.000,00 | 100% | 500.000,00 |
| 12 | 361 | 2295 | AÇÃO: Gestão das ações da secretaria de educação OBJETIVO: Garantir o desenvolvimento das ações de Educação Básica, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem PRODUTO: Elevação dos Indicadores de qualidade na educação | 0 | 1 | 01 | P | 80% | 4.000.000,00 | 20% | 1.000.000,00 | 100% | 5.000.000,00 |
| | | | | 0 | 1 | 22 | P | 80% | 5.437,63 | 20% | 1.359,41 | 100% | 6.797,04 |

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

| DETALHAMENTO DAS AÇÕES | | | | | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | | |
|------------------------|-----|--------|---|---------------------|-----|---------------------|----|----------------|--------------|------------|------------|-------|--------------|
| CÓDIGOS | | | AÇÃO | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | |
| F | SF | CÓDIGO | DENOMINAÇÃO | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | |
| 12 | 361 | 2296 | AÇÃO: Gestão das ações do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE OBJETIVO: Promover autonomia administrativa e Financeira às Escolas PRODUTO: Escolas assistidas através do repasse direto a suas Unidades Executoras. META: 100% | 0 | 1 | 15 | P | 70% | 21.000,00 | 30% | 9.000,00 | 100% | 30.000,00 |
| 12 | 361 | 2297 | AÇÃO: Gestão das Ações de transporte escolar - PNATE OBJETIVO: Garantir ao aluno da Zona Rural e ao aluno com necessidades educacionais especiais transporte escolar adequado para o deslocamento até a escola. PRODUTO: Aluno transportado META: 100% | 0 | 1 | 01 | P | 90% | 810.000,00 | 10% | 90.000,00 | 100% | 900.000,00 |
| | | | | 0 | 1 | 15 | P | 90% | 180.000,00 | 10% | 20.000,00 | 100% | 200.000,00 |
| 12 | 362 | 2299 | AÇÃO: Gestão das Ações de transporte escolar - PETE ESTADUAL OBJETIVO: Garantir ao aluno da Zona Rural e ao aluno com necessidades educacionais especiais transporte escolar adequado para o deslocamento até a escola. PRODUTO: Aluno transportado META: 100% | 0 | 1 | 00 | P | 0% | 0,00 | 100% | 900.000,00 | 100% | 900.000,00 |
| | | | | 0 | 1 | 22 | P | 0% | 0,00 | 100% | 98.000,00 | 100% | 98.000,00 |
| 12 | 362 | 2301 | AÇÃO: Gestão das Ações do Desenvolvimento do ensino médio OBJETIVO: Administrar e gerir. PRODUTO: Ações gerenciadas. META: 100% | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 1.607.041,65 | 0% | 0,00 | 100% | 1.607.041,65 |
| 12 | 361 | 2308 | AÇÃO: Promoção de capacitação para profissionais da Educação Básica - Fundeb - 40% OBJETIVO: Promover capacitações com vistas a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem PRODUTO: Profissional da Educação capacitado e melhoria dos índices de aprovação. META: 100% | 0 | 1 | 19 | P | 70% | 126.000,00 | 30% | 54.000,00 | 100% | 180.000,00 |
| 12 | 361 | 2309 | AÇÃO: Gestão das Ações do Programa Segundo Tempo OBJETIVO: Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças e adolescentes em situação de risco social. PRODUTO: alunos atendidos META: 100% | 0 | 1 | 01 | P | 75% | 3.750,00 | 25% | 1.250,00 | 100% | 5.000,00 |
| | | | | 0 | 1 | 22 | P | 75% | 1.500,00 | 25% | 500,00 | 100% | 2.000,00 |
| 12 | 361 | 5079 | AÇÃO: Construção de Centro Educacional de Atividades Esportivas OBJETIVO: Administrar e gerir. PRODUTO: Ações gerenciadas. META: 100% | 0 | 1 | 01 | P | 100% | 466.746,19 | 0% | 0,00 | 100% | 466.746,19 |

4,1



DETALHAMENTO DAS AÇÕES

| DETALHAMENTO DAS AÇÕES | | | | | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | | | |
|------------------------|-----|--------|---|----------------------------|-----|------------------------|----|----------------|---------------|----------------------|--------------|---------------------|---------------|----------------------|
| CÓDIGOS | | | AÇÃO DENOMINAÇÃO | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | | |
| F | SF | CÓDIGO | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | |
| 12 | 361 | 5080 | AÇÃO: Construção de Centro Educacional de Atividades OBJETIVO: Administrar e gerir. PRODUTO: Ações gerenciadas. META: 100% | 0 | 1 | 04 | P | 100% | 448.441,92 | 0% | 0,00 | 100% | 448.441,92 | |
| 12 | 361 | 5081 | AÇÃO: Construção de Centro Educacional de Atividades OBJETIVO: Administrar e gerir. PRODUTO: Ações gerenciadas. META: 100% | 0 | 1 | 19 | P | 100% | 400.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 400.000,00 | |
| 12 | 361 | 6002 | AÇÃO: Gestão das ações do Fundeb - 60% OBJETIVO: Garantir o pagamento de pessoal que atua nos Estabelecimentos de Ensino da rede Municipal. PRODUTO: Pagamento realizado em tempo hábil. META: 100% | 0 | 1 | 18 | P | 80% | 17.532.216,96 | 20% | 4.383.054,24 | 100% | 21.915.271,20 | |
| 12 | 361 | 6003 | AÇÃO: Gestão das ações do Fundeb - 40% OBJETIVO: Garantir o pagamento de pessoal que atua nos Estabelecimentos de Ensino da rede Municipal. PRODUTO: Pagamento realizado em tempo hábil. META: 100% | 0 | 1 | 19 | P | 80% | 10.768.000,00 | 20% | 2.692.000,00 | 100% | 13.460.000,00 | |
| 12 | 128 | 6005 | AÇÃO: Curso de Formação de Professores de Educação Especial OBJETIVO: Promover a formação para os professores que atuam em classes com alunos que apresentam necessidades especiais PRODUTO: Professores formados META: 100% | 0 | 1 | 22 | P | 20% | 1.439,91 | 80% | 5.759,63 | 100% | 7.199,54 | |
| 12 | 361 | 6017 | AÇÃO: Gestão das Ações das Cotas do Salário Educação OBJETIVO: Administrar e gerir. PRODUTO: Ações gerenciadas. META: 100% | 0 | 1 | 04 | P | 100% | 1.100.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 1.100.000,00 | |
| 12 | 365 | 6024 | AÇÃO: Ampliação, modernização e adequação das Escolas de Educação Básica OBJETIVO: Administrar e gerir. PRODUTO: Ações gerenciadas. META: 100% | 0 | 1 | 01 | P | 100% | 4.000.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 4.000.000,00 | |
| TOTAL GERAL | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | | |
| | | | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | RP | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | |
| | | | | 0 | 1 | 00 | P | 66% | 1.847.041,65 | 34% | 960.000,00 | 100% | 2.807.041,65 | |
| | | | | 0 | 1 | 01 | P | 89% | 9.325.496,19 | 11% | 1.096.250,00 | 100% | 10.421.746,19 | |
| | | | | 0 | 1 | 04 | P | 100% | 1.548.441,92 | 0% | 0,00 | 100% | 1.548.441,92 | |
| | | | | 0 | 1 | 15 | P | 73% | 1.042.165,61 | 27% | 389.499,55 | 100% | 1.431.665,16 | |
| | | | | 0 | 1 | 18 | P | 80% | 17.532.216,96 | 20% | 4.383.054,24 | 100% | 21.915.271,20 | |
| | | | | 0 | 1 | 19 | P | 80% | 11.688.728,79 | 20% | 2.896.000,00 | 100% | 14.584.728,79 | |
| | | | | 0 | 1 | 22 | P | 7% | 8.377,54 | 93% | 105.619,04 | 100% | 113.996,58 | |
| | | | | TOTAL GERAL | | | | | 81% | 42.992.468,66 | 19% | 9.830.422,83 | 100% | 52.822.891,49 |

Handwritten signature and initials.



| | |
|-----------------------|--|
| PROGRAMA: | Gestão Social com Qualidade. |
| OBJETIVO: | Garantir o desenvolvimento das ações da política de assistência social no município de Paulo Afonso. |
| JUSTIFICATIVA: | Promover a proteção social as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. |

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

| CÓDIGOS | | AÇÃO DENOMINAÇÃO | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | TOTAL | | |
|---------|-----|---------------------|--|-------|-----|---------------------|----------------|------|---------------|------|---------------------|------|--------------|
| F | SF | | CODIGO | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | QTD. | SEDE VALOR | QTD. | ZONA RURAL VALOR | QTD. | VALOR |
| 08 | 451 | 1172 | AÇÃO: Manutenção da Casa de Passagem - Menina Flor e Meninos da Terra | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 40.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 40.000,00 |
| | | | OBJETIVO: proporcionar condições adequadas para funcionamento da Casa de Passagem, assegurando as crianças e adolescentes melhores condições de vida. | 0 | 1 | 29 | P | 100% | 30.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 30.000,00 |
| | | | PRODUTO: Casa mantida | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | |
| 08 | 122 | 2142 | AÇÃO: Gestão das ações da assistência social. | 0 | 1 | 00 | P | 85% | 4.109.581,16 | 15% | 725.220,20 | 100% | 4.834.801,36 |
| | | | OBJETIVO: Desenvolvimento das ações sócio-assistenciais à população em situação de vulnerabilidade social, considerando a LOAS e NOB/SUAS e NOB/RH. | 0 | 1 | 24 | P | 85% | 42.500,00 | 15% | 7.500,00 | 100% | 50.000,00 |
| | | | PRODUTO: Ações desenvolvidas. | 0 | 1 | 30 | P | 85% | 357.000,00 | 15% | 63.000,00 | 100% | 420.000,00 |
| | | | META: 100% | 0 | 1 | 42 | P | 85% | 179.350,00 | 15% | 31.650,00 | 100% | 211.000,00 |
| 08 | 122 | 2143 | AÇÃO: Benefícios eventuais | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 5.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 5.000,00 |
| | | | OBJETIVO: Manutenção de despesas de pessoal, subvenções, serviços de terceiros P. física e P. jurídica | 0 | 1 | 24 | P | 100% | 5.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 5.000,00 |
| | | | PRODUTO: Despesas necessárias para manutenção de convênios | 0 | 1 | 30 | P | 100% | 20.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 20.000,00 |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | |
| 08 | 122 | 2144 | AÇÃO: Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social. | 0 | 1 | 29 | P | 100% | 90.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 90.000,00 |
| | | | OBJETIVO: Sustentabilidade das ações referente aos programas, projetos, serviços, materiais de consumo, distribuição gratuita e outros. | | | | | | | | | | |
| | | | PRODUTO: Fundo Municipal Mantido. | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | |
| 08 | 243 | 2147 | AÇÃO: Gestão do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. | 0 | 1 | 00 | P | 1 | 335.000,00 | 0 | 0,00 | 1 | 335.000,00 |
| | | | OBJETIVO: Manutenção da política voltada à criança e o adolescente (conforme estatuto) com serviços de terceiros, subvenções, material de consumo e outros. | | | | | | | | | | |
| | | | PRODUTO: Fundo Municipal Mantido | | | | | | | | | | |
| | | | META: 1 | | | | | | | | | | |
| 08 | 244 | 2148 | AÇÃO: Implantação e manutenção dos centros de referência da assistência social - CRAS | 0 | 1 | 24 | P | 75% | 37.500,00 | 25% | 12.500,00 | 100% | 50.000,00 |
| | | | OBJETIVO: Ampliar e desenvolver as ações da proteção social básica às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social no município. | 0 | 1 | 29 | P | 75% | 375.000,00 | 25% | 125.000,00 | 100% | 500.000,00 |
| | | | PRODUTO: CRAS em funcionamento. | | | | | | | | | | |
| | | | META: 100% | | | | | | | | | | |
| 08 | 243 | 2151 | AÇÃO: Manutenção do programa PRO-JOVEM | 0 | 1 | 00 | P | 1 | 145.000,00 | 0 | 0,00 | 1 | 145.000,00 |
| | | | OBJETIVO: Promover atividades continuadas que proporcione ao jovem entre 15 E 17 anos o desenvolvimento do protagonismo juvenil. | 0 | 1 | 29 | P | 1 | 300.000,00 | 0 | 0,00 | 1 | 300.000,00 |
| | | | PRODUTO: Programa implantado. | | | | | | | | | | |
| | | | META: 1 | | | | | | | | | | |

Handwritten signature and initials.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

| CÓDIGOS | | AÇÃO | DENOMINAÇÃO | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | TOTAL | | | |
|---------|-----|--------|-------------|--|-----|----------------------|----|----------------|------------|------------|-------|------------|-------|------------|------------|
| F | SF | | | IOUSO | GDR | (FTE) (Res. 1762/08) | PF | SEDE | ZONA RURAL | TOTAL | SEDE | ZONA RURAL | TOTAL | SEDE | ZONA RURAL |
| | | CODIGO | | | | | | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR |
| 08 | 241 | 2152 | AÇÃO: | Serviço Específico de proteção social para indivíduos em situação de vulnerabilidade | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 10.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 10.000,00 | |
| | | | OBJETIVO: | Administrar e gerir | 0 | 1 | 29 | P | 100% | 43.600,00 | 0% | 0,00 | 100% | 43.600,00 | |
| | | | PRODUTO: | Ações gerenciadas | 0 | 1 | 30 | P | 100% | 110.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 110.000,00 | |
| | | | META: | 100% | | | | | | | | | | | |
| 08 | 122 | 2154 | AÇÃO: | Projeto Arte de Tecer. | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 40.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 40.000,00 | |
| | | | OBJETIVO: | Administrar e gerir | 0 | 1 | 24 | P | 100% | 5.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 5.000,00 | |
| | | | PRODUTO: | Ações gerenciadas | | | | | | | | | | | |
| | | | META: | 100% | | | | | | | | | | | |
| 08 | 122 | 2155 | AÇÃO: | Manutenção do Programa Bolsa Família (IGD). | 0 | 1 | 29 | P | 70% | 175.000,00 | 30% | 75.000,00 | 100% | 250.000,00 | |
| | | | OBJETIVO: | Geração de ocupação e renda para mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica | | | | | | | | | | | |
| | | | PRODUTO: | Projeto mantido. | | | | | | | | | | | |
| | | | META: | 100% | | | | | | | | | | | |
| 08 | 122 | 2160 | AÇÃO: | Manutenção do centro de referência de atendimento a mulher. | 0 | 1 | 00 | P | 1 | 50.000,00 | 0 | 0,00 | 1 | 50.000,00 | |
| | | | OBJETIVO: | Promover ações para a promoção e defesa dos direitos das mulheres em situação de violência. | | | | | | | | | | | |
| | | | PRODUTO: | Centro mantido. | | | | | | | | | | | |
| | | | META: | 1 | | | | | | | | | | | |
| 08 | 244 | 2172 | AÇÃO: | Manutenção do serviço de liberdade assistida e prestação de serviço comunitário LA e PSC | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 12.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 12.000,00 | |
| | | | OBJETIVO: | Administrar e gerir | 0 | 1 | 29 | P | 100% | 20.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 20.000,00 | |
| | | | PRODUTO: | Ações gerenciadas | | | | | | | | | | | |
| | | | META: | 100% | | | | | | | | | | | |
| 08 | 122 | 2173 | AÇÃO: | Manutenção do centro de referência especializado de assistência social - CREAS | 0 | 1 | 29 | P | 1 | 90.000,00 | 0 | 0,00 | 1 | 90.000,00 | |
| | | | OBJETIVO: | proporcionar condições adequadas para funcionamento e realização das ações e projetos do CREAS | 0 | 1 | 42 | P | 1 | 10.000,00 | 0 | 0,00 | 1 | 10.000,00 | |
| | | | PRODUTO: | Centro mantido. | | | | | | | | | | | |
| | | | META: | 1 | | | | | | | | | | | |
| 08 | 243 | 2177 | AÇÃO: | Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI | 0 | 1 | 00 | P | 90% | 450.000,00 | 10% | 50.000,00 | 100% | 500.000,00 | |
| | | | OBJETIVO: | Garantir o funcionamento do Programa. | 0 | 1 | 24 | P | 90% | 270.000,00 | 10% | 30.000,00 | 100% | 300.000,00 | |
| | | | PRODUTO: | Programa mantido. | 0 | 1 | 29 | P | 90% | 180.000,00 | 10% | 20.000,00 | 100% | 200.000,00 | |
| | | | META: | 100% | | | | | | | | | | | |
| 08 | 122 | 2178 | AÇÃO: | Manutenção do Programa Educar. | 0 | 1 | 00 | P | 1 | 10.000,00 | 0 | 0,00 | 1 | 10.000,00 | |
| | | | OBJETIVO: | Garantir o funcionamento do Programa. | | | | | | | | | | | |
| | | | PRODUTO: | Programa mantido. | | | | | | | | | | | |
| | | | META: | 1 | | | | | | | | | | | |
| 08 | 241 | 2179 | AÇÃO: | Apoio as ações da pessoa idosa. | 0 | 1 | 00 | P | 85% | 8.500,00 | 15% | 1.500,00 | 100% | 10.000,00 | |
| | | | OBJETIVO: | Garantir a promoção, defesa e direitos da pessoa idosa. | 0 | 1 | 29 | P | 85% | 61.922,50 | 15% | 10.927,50 | 100% | 72.850,00 | |
| | | | PRODUTO: | Ações mantidas | | | | | | | | | | | |
| | | | META: | 100% | | | | | | | | | | | |
| 08 | 244 | 2182 | AÇÃO: | Manutenção do Restaurante Popular. | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 899.395,44 | 0% | 0,00 | 100% | 899.395,44 | |
| | | | OBJETIVO: | Oferecer as refeições com qualidade nutricional para a população vulnerável | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 129.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 129.000,00 | |
| | | | PRODUTO: | Refeições servidas | | | | | | | | | | | |
| | | | META: | 100% | | | | | | | | | | | |

(Handwritten signature/initials)



DETALHAMENTO DAS AÇÕES

| DETALHAMENTO DAS AÇÕES | | | | | | | | REGIONALIZAÇÃO | | | | | | |
|------------------------|-----|--------|--|----------------------------|-----|---------------------|----|----------------|--------------|----------------------|------------|---------------------|---------------|----------------------|
| CÓDIGOS | | AÇÃO | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | | |
| F | SF | CÓDIGO | DENOMINAÇÃO | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | PF | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | |
| 08 | 244 | 2183 | AÇÃO: Manutenção da Cozinha Comunitária. OBJETIVO: Oferecer alimentação com qualidade nutricional á população vulnerável acompanhads pelo CRAS II e CRAS III e manutenção do espaço físico. PRODUTO: Refeições servidas META: 1.056.000 | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 600.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 600.000,00 | |
| | | | | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 100.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 100.000,00 | |
| 08 | 122 | 2185 | AÇÃO: Manutenção da Cozinha Experimental. OBJETIVO: Manutenção de equipamentos e capacitações para a melhoria da qualidade do serviços oferecido aos usuários. PRODUTO: Equipamentos mantidos e capacitações realizadas. META: 1 | 0 | 1 | 00 | P | 1 | 15.000,00 | 0 | 0,00 | 1 | 15.000,00 | |
| 08 | 122 | 2187 | AÇÃO: Manutenção do Banco de Alimentos. OBJETIVO: Adequações das Instalações do Banco de alimentos e aquisição do material de consumo. PRODUTO: Banco de Alimentos mantido. META: 1 | 0 | 1 | 00 | P | 1 | 15.000,00 | 0 | 0,00 | 1 | 15.000,00 | |
| 08 | 244 | 5022 | AÇÃO: Benefícios de prestação continuada OBJETIVO: Administrar e gerir PRODUTO: Ações gerenciadas META: 100% | 0 | 1 | 29 | P | 100% | 3.550,00 | 0% | 0,00 | 100% | 3.550,00 | |
| 08 | 244 | 5024 | AÇÃO: Construção, reforma e doação de materiais p/ construção de unidades habitacionais e sanitarias OBJETIVO: Administrar e gerir PRODUTO: Ações gerenciadas META: 100% | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 150.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 150.000,00 | |
| | | | | 0 | 1 | 24 | P | 100% | 405.803,20 | 0% | 0,00 | 100% | 405.803,20 | |
| | | | | 0 | 1 | 30 | P | 100% | 450.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 450.000,00 | |
| | | | | 0 | 1 | 42 | P | 100% | 450.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 450.000,00 | |
| 08 | 244 | 5072 | AÇÃO: Caravana da Cidadania para Assistência Social OBJETIVO: Administrar e gerir PRODUTO: Ações gerenciadas META: 100% | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 57.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 57.000,00 | |
| 08 | 244 | 6025 | AÇÃO: Manutenção dos Conselhos - CMDCA, CONSEA, CMI, CMDM, CT, CONDEPA OBJETIVO: Administrar e gerir PRODUTO: Ações gerenciadas META: 100% | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 26.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 26.000,00 | |
| 08 | 244 | 6026 | AÇÃO: Programa de Transferencia de Rendas OBJETIVO: Administrar e gerir PRODUTO: Ações gerenciadas META: 100% | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 2.500.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 2.500.000,00 | |
| | | | | 0 | 1 | 30 | P | 100% | 1.000.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 1.000.000,00 | |
| 08 | 244 | 6027 | AÇÃO: Gestão da Ações do Fundo Municipal de Habitação e interesse Social OBJETIVO: Agministrar e gerir PRODUTO: Ações gerenciadas META: 100% | 0 | 1 | 00 | P | 100% | 30.000,00 | 0% | 0,00 | 100% | 30.000,00 | |
| TOTAL GERAL | | | | DESTINAÇÃO RECURSOS | | | | SEDE | | ZONA RURAL | | TOTAL | | |
| | | | | IDUSO | GDR | (FTE) (Res.1268/08) | RP | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | QTD. | VALOR | |
| | | | | 0 | 1 | 00 | P | 92% | 9.507.476,60 | 8% | 776.720,20 | 100% | 10.284.196,80 | |
| | | | | 0 | 1 | 24 | P | 94% | 765.803,20 | 6% | 50.000,00 | 100% | 815.803,20 | |
| | | | | 0 | 1 | 29 | P | 86% | 1.369.072,50 | 14% | 230.927,50 | 100% | 1.600.000,00 | |
| | | | | 0 | 1 | 30 | P | 97% | 1.937.000,00 | 3% | 63.000,00 | 100% | 2.000.000,00 | |
| | | | | 0 | 1 | 42 | P | 96% | 868.350,00 | 4% | 31.650,00 | 100% | 900.000,00 | |
| | | | | TOTAL GERAL | | | | | 93% | 14.447.702,30 | 7% | 1.152.297,70 | 100% | 15.600.000,00 |

4
5



Prefeitura Municipal de Paulo Afonso
Estado da Bahia

ANEXO II: METAS FISCAIS



METAS ANUAIS
2013

| ESPECIFICAÇÃO | 2013 | | | 2014 | | | 2015 | | |
|-----------------------------|-----------------|-------------|--------------------|-----------------|-------------|--------------------|-----------------|-------------|--------------------|
| | Valor | Valor | % PIB | Valor | Valor | % PIB | Valor | Valor | % PIB |
| | Corrente (a) | Constante | (a / PIB) x 100 | Corrente (b) | Constante | (b / PIB) x 100 | Corrente (c) | Constante | (c / PIB) x 100 |
| Receita Total | 200.000.000 | 191.204.589 | 0,148 | 197.946.962 | 181.092.667 | 0,136 | 206.260.725 | 180.572.776 | 0,128 |
| Receitas Primárias (I) | 200.000.000 | 191.204.589 | 0,148 | 197.946.962 | 181.092.667 | 0,136 | 206.260.725 | 180.572.776 | 0,128 |
| Despesa Total | 200.000.000 | 191.204.589 | 0,148 | 197.946.962 | 181.092.667 | 0,136 | 206.260.725 | 180.572.776 | 0,128 |
| Despesas Primárias (II) | 197.681.600 | 188.988.145 | 0,146 | 195.512.642 | 178.865.619 | 0,134 | 203.704.689 | 178.335.072 | 0,126 |
| Resultado Primário (I - II) | 2.318.400 | 2.216.444 | 0,002 | 2.434.320 | 2.227.049 | 0,002 | 2.556.036 | 2.237.704 | 0,002 |
| Resultado Nominal | 886.889 | 847.886 | 0,001 | 913.495 | 835.715 | 0,001 | 940.900 | 823.719 | 0,001 |
| Dívida Pública Consolidada | 42.169.498 | 40.315.008 | 0,031 | 43.434.583 | 39.736.323 | 0,030 | 44.737.620 | 39.165.945 | 0,028 |
| Dívida Consolidada Líquida | 30.449.847 | 29.110.753 | 0,023 | 31.363.343 | 28.692.895 | 0,022 | 32.304.243 | 28.281.035 | 0,020 |

FONTE: SEPLAN/ SEI/ IPEA/ IBGE, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE Outras/SNIPC)

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

| VARIÁVEIS | 2013 | 2014 | 2015 |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| *PIB real do Estado (crescimento % anual) | 5,00% | 5,50% | 5,50% |
| *Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação | 4,60% | 4,50% | 4,50% |
| **Projeção do PIB do Estado - R\$ | 135.032.008.292,64 | 145.834.568.956,05 | 161.584.702.403,31 |

LDO PAULO AFONSO - 2013

Lei Complementar nº 101 Art. 4º § 1º: Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.



AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2013

| ESPECIFICAÇÃO | I-Metas Previstas 2011 (a) | % PIB | II-Metas Realizadas 2011 (b) | % PIB | Variação | |
|-----------------------------|----------------------------------|-------|------------------------------------|-------|-------------------|---------------|
| | | | | | Valor (c) = (b-a) | % (c/a) x 100 |
| Receita Total | 159.000.000 | 0,109 | 176.600.028 | 0,109 | 17.600.028 | 11,07 |
| Receitas Primárias (I) | 159.000.000 | 0,109 | 175.981.181 | 0,109 | 16.981.181 | 10,68 |
| Despesa Total | 159.000.000 | 0,109 | 173.799.606 | 0,108 | 14.799.606 | 9,31 |
| Despesas Primárias (II) | 157.275.978 | 0,108 | 171.303.286 | 0,106 | 14.027.308 | 8,92 |
| Resultado Primário (I-II) | 1.724.022 | 0,001 | 4.677.896 | 0,003 | 2.953.874 | 171,34 |
| Resultado Nominal | 114.227 | 0,000 | 24.688.088 | 0,015 | 24.573.861 | 21.513,18 |
| Dívida Pública Consolidada | 12.177.472 | 0,008 | 39.748.796 | 0,025 | 27.571.324 | 226,41 |
| Dívida Consolidada Líquida* | 3.921.783 | 0,003 | 28.701.902 | 0,018 | 24.780.119 | 631,86 |

FONTE: SEPLAN/SEI/IBGE

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2011

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR - R\$ |
|---|-----------------|
| PIB Estadual Realizado para o exercício 2010 | 145.834.568.956 |
| PIB Estadual Projetado para o exercício de 2011 | 161.584.702.403 |

FONTE: IBGE, SEI E LDO 2007 DA BAHIA.

LDO PAULO AFONSO - 2013

Lei Complementar nº 101, § 2º, inciso I:

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

4/2/13



**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2013**

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|----------------------------|-------------|------------|-------------|---------|-------------|------|-------------|--------|-------------|------|
| | 2010 | 2011 | % | 2012 | % | 2013 | % | 2014 | % | 2015 | % |
| Receita Total | 149.721.322 | 176.600.028 | 17,95 | 191.000.000 | 8,15 | 200.000.000 | 4,71 | 197.946.962 | (1,03) | 206.260.725 | 4,20 |
| Receitas Primárias (I) | 149.423.036 | 175.981.181 | 17,77 | 191.000.000 | 8,53 | 200.000.000 | 4,71 | 197.946.962 | (1,03) | 206.260.725 | 4,20 |
| Despesa Total | 149.949.034 | 173.799.606 | 15,91 | 191.000.000 | 9,90 | 200.000.000 | 4,71 | 197.946.962 | (1,03) | 206.260.725 | 4,20 |
| Despesas Primárias (II) | 147.745.526 | 171.303.286 | 15,94 | 188.792.000 | 10,21 | 197.681.600 | 4,71 | 195.512.642 | (1,10) | 203.704.689 | 4,19 |
| Resultado Primário (I – II) | 1.677.510 | 4.677.896 | 178,86 | 2.208.000 | (52,80) | 2.318.400 | 5,00 | 2.434.320 | 5,00 | 2.556.036 | 5,00 |
| Resultado Nominal | (2.126.886) | 24.688.088 | (1.260,76) | 861.057 | (96,51) | 886.889 | 3,00 | 913.495 | 3,00 | 940.900 | 3,00 |
| Dívida Pública Consolidada | 9.367.753 | 39.748.796 | 324,32 | 40.941.260 | 3,00 | 42.169.498 | 3,00 | 43.434.583 | 3,00 | 44.737.620 | 3,00 |
| Dívida Consolidada Líquida* | 4.013.813 | 28.701.902 | 615,08 | 29.562.959 | 3,00 | 30.449.847 | 3,00 | 31.363.343 | 3,00 | 32.304.243 | 3,00 |

| FONTE: SEPLAN/SEMBGE | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|-------------|------------|-------------|---------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| | 2010 | 2011 | % | 2012 | % | 2013 | % | 2014 | % | 2015 | % |
| Receita Total | 170.443.951 | 186.842.830 | 9,62 | 202.078.000 | 8,15 | 191.204.589 | (5,38) | 181.092.667 | (5,29) | 180.572.776 | (0,29) |
| Receitas Primárias (I) | 170.104.380 | 186.188.090 | 9,46 | 202.078.000 | 8,53 | 191.204.589 | (5,38) | 181.092.667 | (5,29) | 180.572.776 | (0,29) |
| Despesa Total | 170.703.179 | 183.879.983 | 7,72 | 202.078.000 | 9,90 | 191.204.589 | (5,38) | 181.092.667 | (5,29) | 180.572.776 | (0,29) |
| Despesas Primárias (II) | 168.194.689 | 181.238.876 | 7,76 | 199.741.936 | 10,21 | 188.988.145 | (5,38) | 178.865.619 | (5,36) | 178.335.072 | (0,30) |
| Resultado Primário (I – II) | 1.909.691 | 4.949.214 | 159,16 | 2.336.064 | (52,80) | 2.216.444 | (5,12) | 2.227.049 | 0,48 | 2.237.704 | 0,48 |
| Resultado Nominal | (2.421.264) | 26.119.998 | (1.178,78) | 910.998 | (96,51) | 847.886 | (6,93) | 835.715 | (1,44) | 823.719 | (1,44) |
| Dívida Pública Consolidada | 10.664.324 | 42.054.226 | 294,34 | 43.315.853 | 3,00 | 40.315.008 | (6,93) | 39.736.323 | (1,44) | 39.165.945 | (1,44) |
| Dívida Consolidada Líquida | 4.569.357 | 30.366.612 | 564,57 | 31.277.610 | 3,00 | 29.110.753 | (6,93) | 28.692.895 | (1,44) | 28.281.035 | (1,44) |

FONTE:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

| ÍNDICE DE INFLAÇÃO | | | | | |
|--------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| 9,30% | 7,60% | 5,80% | 4,60% | 4,50% | 4,50% |

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE.

LDO PAULO AFONSO - 2013

Lei Complementar nº 101 Art. 4º, § 2º, inciso II:

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2013

| RESULTADO PATRIMONIAL* | 2011 | 2010 | 2009 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Saldo Patrimonial Inicial | 21.451.675,50 | 849.322,77 | 849.322,77 |
| Variações Ativas | 293.876.983,97 | 241.064.186,65 | 135.697.647,37 |
| Variações Passivas | 236.514.151,62 | 219.612.511,15 | 134.848.324,60 |
| Saldo Patrimonial Final do Exercício | 78.814.507,85 | 22.300.998,27 | 1.698.645,54 |

REGIME PREVIDENCIÁRIO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2011 | 2010 | 2009 |
|---------------------|--|------|------|
| Patrimônio/Capital | O município não tem Regime de previdência própria | | |
| Reservas | | | |
| Resultado Acumulado | | | |
| TOTAL | - | - | - |

LDO PAULO AFONSO - 2013

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso III:

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.



ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2013

| RECEITAS REALIZADAS | 2011 (a) | 2010 (d) | 2009 |
|--|-----------------|-----------------|------|
| RECEITAS DE CAPITAL | - | - | - |
| ALIENAÇÃO DE ATIVOS | - | - | - |
| Alienação de Bens Móveis | - | - | - |
| Alienação de Bens Imóveis | - | - | - |
| TOTAL (I) | - | - | - |
| DESPESAS LIQUIDADAS | 2011 (b) | 2010 (e) | 2009 |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS | - | - | - |
| DESPESAS DE CAPITAL | - | - | - |
| Investimentos | - | - | - |
| Inversões Financeiras | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID. | - | - | - |
| Regime Geral de Previdência Social | - | - | - |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos | - | - | - |
| TOTAL (II) | - | - | - |
| SALDO FINANCEIRO (III)=(I-II) | (c) = (a-b)+(f) | (f) = (d-e)+(g) | (g) |
| Valor (III) | - | - | - |

FONTE:

LDO PAULO AFONSO - 2013

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso III:

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

Handwritten signature and initials



RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2013

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS | 2009 | 2010 | 2011 |
|--|------|------|------|
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | | | |
| RECEITAS CORRENTES | | | |
| Receita de Contribuições | | | |
| Pessoal Civil | | | |
| Pessoal Militar | | | |
| Outras Receitas de Contribuições | | | |
| Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS | | | |
| Receita Patrimonial | | | |
| Receitas de Serviços | | | |
| Outras Receitas Correntes | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | |
| Alienação de Bens, direitos e ativos | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | | | |
| REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS | | | |
| RECEITAS CORRENTES | | | |
| Receita de Contribuições | | | |
| Contribuição Patronal do Exercício | | | |
| Pessoal Civil | | | |
| Pessoal Militar | | | |
| Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores | | | |
| Pessoal Civil | | | |
| Pessoal Militar | | | |
| Cobertura de Déficit Atuarial | | | |
| Regime de Débitos e Parcelamentos | | | |
| Receita Patrimonial | | | |
| Receita de Serviços | | | |
| Outras Receitas Correntes | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II) | | | |

Os Servidores do Município são contribuintes do Regime Geral de Previdência Social



| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) | 2009 | 2010 | 2011 |
|---|------|------|------|
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | - | - | - |
| Despesas Correntes | | | |
| Despesas de Capital | | | |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | - | - | - |
| Pessoal Civil | | | |
| Pessoal Militar | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ADMINISTRAÇÃO) | | | |
| Despesas Correntes | | | |
| Despesas de Capital | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V) | | | |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) | | | |

LDO PAULO AFONSO - 2013

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea a:

§ 2º O Anexo conterà, ainda:

IV - avaliação da situação financeira e atuarial:

a) dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

| <u>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</u> | 2009 | 2010 | 2011 |
|---|------|------|------|
| TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS | | | |
| Plano Financeiro | | | |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | | | |
| Recursos para Formação de Reserva | | | |
| Outros Aportes para o RPPS | | | |
| Plano Previdenciário | | | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | | | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial | | | |
| Outros Aportes para o RPPS | | | |

4/1/11



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
2013

| EXERCÍCIO | RECEITAS | DESPESAS | RESULTADO | SALDO FINANCEIRO |
|-----------|-----------------|-----------------|----------------|------------------------------------|
| | PREVIDENCIÁRIAS | PREVIDENCIÁRIAS | PREVIDENCIÁRIO | DO EXERCÍCIO |
| | (a) | (b) | (c) = (a-b) | (d) = (d Exercício anterior) + (c) |
| | | | | - |

FONTE:

LDO PAULO AFONSO - 2013

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea a:

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

IV - avaliação da situação financeira e atuarial:

a) dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

Handwritten signature/initials



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO II - DEMONSTRATIVO VII

(Art. 4º, § 2º, IV, alínea a, da L.C. 101/00)

**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2013**

| TRIBUTOS | MODALIDADE | SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIOS | RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO |
|--------------|------------|---|------------------------------|------|------|-------------|
| | | | 2013 | 2014 | 2015 | |
| | | | | | | |
| TOTAL | | | - | - | - | - |

FONTE:

LDO PAULO AFONSO - 2013

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso V:

FONTE:

V - demonstrativo da estimativa e compensação de renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

4.1
/



MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2013

| EVENTO | Valor Previsto 2013 |
|--|----------------------|
| Aumento Permanente da Receita | 50.015.849,85 |
| (-) Transferências constitucionais | |
| (-) Transferências ao FUNDEB | 18.687.490,10 |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 31.328.359,75 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | 31.328.359,75 |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | - |
| Impacto de Novas DOCC | - |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV) | 31.328.359,75 |

FONTE:

LDO PAULO AFONSO - 2013

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso V:

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

V - demonstrativo da estimativa e compensação de renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado



Prefeitura Municipal de Paulo Afonso

Estado da Bahia

Demonstrativo IX

Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais

(Artigo 4º, Parágrafo 2º, inciso II, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000)

A metodologia de cálculo utilizada para a demonstração das metas anuais para o período que compreende os anos de 2013, 2014 e 2015, levou em consideração as receitas realizadas durante os exercícios de 2009, 2010 e 2011, bem como a projetada até o final do ano em evidência.

Foram acolhidos para correção das distorções de valores, dentro do cenário macroeconômico, o Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, o Produto Interno Bruto da União e o Produto Interno Bruto do Estado. Utiliza-se para os anos de 2012, 2013, 2014, e 2015 respectivamente:

- I. Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA: 3,21%, 4,14%, 4,50% e 4,50%;
- II. Produto Interno Bruto da União – PIB União: 5,20%, 5,50%, 5,50% e 5,50%;
- III. Produto Interno Bruto do Estado – PIB Estado: 5,30%, 4,30%, 4,30% e 4,10%.

A aplicação dos métodos de projeção levam em consideração a oscilação das receitas que compreendem o período de 2010 à 2011, sendo aplicada nestas a correção com base no respectivo índice de preço. Além disso, a título de corrigir a distorção proveniente do crescimento dos PIB's da União e do Estado e os seus impactos em suas principais transferências, foram utilizadas a incidência percentual do PIB da União nas transferências correntes, precisamente na Cota Parte do FPM e ICMS Exportação, e a incidência percentual do PIB do Estado nas Cotas Partes do ICMS e IPI sobre Exportação.

Para as receitas que durante os três anos da série histórica se apresentaram com crescimento linear, foram aplicadas projeções estatísticas com base na tendência para o exercício a que se refere a LDO e para os dois subseqüentes.



Prefeitura Municipal de Paulo Afonso
Estado da Bahia

ANEXO III: RISCOS FISCAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2013

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

| RISCOS FISCAIS | | PROVIDÊNCIAS | |
|---|---|---|--|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Restos a Pagar com prescrição interrompida Débitos não quitados com concessionários de Serviços Públicos Débitos que não tiveram negociações de parcelamento concluídas | Os Riscos fiscais e passivos contingentes apresentados possuem mensuração imprecisa e de grande complexidade, desta forma justifica-se a não apresentação de valores neste campo. | Estes passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar as contas públicas do município previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, só poderão ser atendidos através da Reserva de Contingência, consignada à Lei Orçamentária do exercício. | Valor da Dotação orçamentária consignada para a reserva de contingência na lei Orçamentária anual de 2013. |
| TOTAL | | TOTAL | |

FONTE:

LDO PAULO AFONSO - 2013

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 3º:

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

47
E